

RESULTADO 4T19 e 2019

taesa

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e ano de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento. Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018 foram contabilizados integralmente em dezembro de 2018, mês no qual a Companhia concluiu sobre a aplicação da norma. Devido a esse fato, a cada divulgação trimestral de 2019 (1T, 2T e 3T), a Companhia reapresentou os saldos trimestrais de 2018 para efeito de comparabilidade com os saldos de 2019. Neste mesmo sentido, o resultado IFRS do 4T18, apresentado neste documento, exclui os efeitos do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, uma vez que esses efeitos foram devidamente reapresentados nos seus respectivos meses.

Em 2019, a Companhia passou a adotar o CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, onde as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação. Portanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, serão observadas diferenças nas linhas de outros custos e despesas operacionais e de despesas financeiras, entre os Resultados Regulatório e IFRS. É importante ressaltar que na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. Além disso, a partir do primeiro trimestre de 2018, a fim de alinhar o Resultado Regulatório com as demonstrações financeiras apresentadas para a ANEEL, a Companhia passou a apresentar na linha “RAP Concessionárias” os valores referentes a RAP (Receita Anual Permitida) que não são contabilizados no Ativo Contratual. Estes valores anteriormente eram apresentados na linha de Outras Receitas, acompanhando o Resultado IFRS. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório. A partir da aquisição da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) na Brasnorte (vide Fato Relevante de 31 de maio de 2019), esta deixa de ser uma coligada da Taesa e passa a ser sua controlada, com participação acionária total de 88,376%. Dessa forma, a Companhia iniciou a consolidação dos resultados da Brasnorte a partir dessa data nas demonstrações de resultado da Taesa, com a segregação da participação dos não-controladores no lucro líquido da Companhia (11,624%). Ainda em 30 de agosto de 2019, a Taesa

adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A., passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte (vide Fato Relevante de mesma data).

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

13 de março de 2020
Sexta-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

Tel.: + 55 11 3181 8565 ou +55
11 4210-1803
Dial in: +1 412 717 9627
Senha: Taesa

Raul Lycurgo Leite	CEO e Diretor Jurídico e Regulatório
Marcus Pereira Aucélio	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
2. RESUMO DO RESULTADO	8
3. VISÃO GERAL.....	10
3.1. Estrutura Societária	10
3.2. Estrutura Societária TBE	11
3.3. Estrutura Societária AIE	12
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	13
4.1. Desempenho Operacional	13
4.2. Ciclo da RAP 2019-2020	14
4.3. Redução de 50% da RAP	15
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47).....	17
4.5. Receita Líquida IFRS.....	19
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	20
4.7. Combinação de Negócios (IFRS)	22
4.8. EBITDA e Margem EBITDA IFRS.....	22
4.9. Receita Líquida Regulatória.....	23
4.10. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	23
4.11. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório.....	25
4.12. Composição do EBITDA Regulatório	26
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS.....	27
4.14. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	27
4.15. Resultado Financeiro Líquido	29
4.16. Impostos.....	30
4.17. Lucro Líquido.....	34
4.18. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	37
4.19. Endividamento.....	38
4.20. Investimentos	40
4.21. Projeções de Capex	40
4.22. Projetos em Construção	41
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
5.1. Receita IFRS por Concessão	45
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	46
5.3. DRE 4T19.....	47
5.4. DRE 2019.....	48
5.5. DRE IFRS 4T19 (Subsidiárias)	49
5.6. DRE IFRS 2019 (Subsidiárias)	50

5.7. DRE Regulatório 4T19 (Subsidiárias)	51
5.8. DRE Regulatório 2019 (Subsidiárias)	52
5.9. Reconciliação do EBITDA	53
5.10. Balanço Patrimonial.....	54
5.11. Fluxo de Caixa IFRS.....	55
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório.....	56

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

TAESA COMPLETA 10 ANOS COM MUITO A COMEMORAR

O ano de 2019, no qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa comemorou seus 10 anos, foi ao mesmo tempo desafiador e motivador. Após fecharmos o exercício de 2018 com importantes aquisições, tanto no mercado secundário quanto no leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, iniciamos 2019 com o desafio de concluir essas aquisições, avançar na construção das concessões ainda não operacionais, bem como continuar buscando oportunidades de crescimento.

Em 2019, concluímos as aquisições dos três lotes do leilão da ELETROBRAS (lotes da ETAU, BRASNORTE e TRANSMINEIRAS), compramos a participação acionária da Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. na BRASNORTE, assinamos um contrato de compra e venda da concessão Rialma Transmissora de Energia 1 S.A., e encerramos no início de 2020 as aquisições de São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. (ÂMBAR).

Com 9 grandes projetos em construção que somam R\$ 5,6 bilhões em investimentos (R\$ 3,8 bilhões considerando apenas a participação da Taesa), investimos em 2019 R\$ 718 milhões na execução das obras e aquisição de equipamentos e energizamos duas concessões: MIRACEMA e EDTE. A Companhia mantém seu foco na execução e entrega no prazo de seus projetos em construção e continua trabalhando com vistas à antecipação da entrada em operação de alguns deles, buscando eficiência de Capex e de financiamento, com o objetivo de aumentar ainda mais os retornos destes empreendimentos.

Continuamos com foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos nossos acionistas. Temos trabalhado arduamente para tornar a Companhia cada dia mais competitiva, tanto nos leilões de transmissão da ANEEL, quanto no mercado secundário, além de manter nosso posicionamento de liderança e referência em transmissão de energia no país.

A Companhia se destacou em 2019 no mercado de dívida, liderando o movimento de alongamento dos prazos das debêntures de infraestrutura no Brasil. Emitimos neste ano R\$ 4,7 bilhões em debêntures (Taesa e projetos), sendo R\$ 3,7 bilhões em dívidas com prazo de 25 anos. Vale mencionar que esse movimento foi possível pela nossa credibilidade junto ao mercado de dívida, bem como pela mais alta classificação de risco de crédito nas 3 grandes agências (Moody's, Fitch e S&P), possibilitando, ainda, vantagem competitiva para o crescimento da Companhia, seja nos novos leilões ou no mercado secundário.

No campo operacional, em 2019, a Taesa se manteve num patamar de excelência com uma taxa de disponibilidade de suas linhas de 99,90% e uma Parcela Variável de 0,98% da RAP consolidada. O lucro líquido em IFRS fechou o ano em R\$ 1.002 milhões e os dividendos distribuídos referentes ao exercício social totalizaram R\$ 656 milhões, o que representou um payout de 92,3%, excluindo os efeitos do CPC 47 de R\$ 291 milhões.

Por fim, gostaríamos de reforçar nossa atenção e compromisso com o tema Sustentabilidade. Em 2019, o Conselho de Administração aprovou um projeto com vistas a incrementar as ações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) da Taesa. Além disso, emitimos 4 debêntures “verdes” de infraestrutura reforçando nosso comprometimento e relevância dedicados a este tema. Outra ação importante foi a nossa adesão ao Pacto Global da ONU, que possui 10 princípios fundamentais nas áreas de relações de trabalho, direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção. Com isso, a Taesa firma seu compromisso em apoiar o Pacto, além de respeitar e cumprir todos os princípios, fazendo parte da sua estratégia, cultura e operações diárias.

Dentre os diversos prêmios conquistados pela Taesa em 2019, destacamos os prêmios Melhores Empresas para Trabalhar (Great Place to Work) e Melhores Empresas na área de Segurança e Saúde no Trabalho, evidenciando o total comprometimento da Companhia com a segurança, saúde e bem-estar de seus colaboradores.

Isso tudo é prova de que a Companhia vem crescendo e evoluindo a cada ano, o que é bastante motivador para todos que aqui trabalham. Realmente temos muito o que comemorar no 10º aniversário da Taesa.

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	4T19	4T18*	Var.%	2019	2018	Var.%
Receita Líquida IFRS	427,5	495,8	-13,8%	1.795,0	1.635,2	9,8%
Lucro Líquido IFRS	177,5	269,2	-34,1%	1.002,3	1.071,3	-6,4%
Receita Líquida Reg.	339,5	332,0	2,3%	1.394,2	1.526,7	-8,7%
EBITDA Reg.	258,2	260,2	-0,8%	1.153,7	1.305,0	-11,6%
Margem EBITDA Reg.	76,1%	78,4%	-231,9%	82,7%	85,5%	-273,1%
Dívida Líquida	2.840,7	2.446,3	16,1%	2.840,7	2.446,3	16,1%
Dividendos e JCP Pagos	248,7	382,7	-35,0%	651,3	960,2	-32,2%

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

Consolidado e Participações						
R\$ MM	4T19	4T18	Var.%	2019	2018	Var.%
Receita Líquida Reg.	444,3	430,3	3,3%	1.806,6	1.950,0	-7,4%
EBITDA Reg.	348,0	344,7	1,0%	1.514,6	1.680,3	-9,9%
Margem EBITDA Reg.	78,3%	80,1%	-1,8 pp	83,8%	86,2%	-2,4 pp
Dívida Líquida	3.296,3	2.829,7	16,5%	3.296,3	2.829,7	16,5%
Dívida Líquida/EBITDA	2,2	1,7	29,4%	2,2	1,7	29,4%

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido totalizou R\$ 177,5 MM no 4T19 e R\$ 1.002,3 MM em 2019, menores em 34,1% e 6,4%, respectivamente, quando comparados aos mesmos períodos de 2018, devido principalmente a:
 - (i) Reversão de R\$ 80,6 MM no 4T19 da receita de construção das melhorias, que ainda estão em fase de construção, reclassificadas, de forma conservadora, como custos de O&M com base na Nota Técnica nº 125/2018-SRM/SCT/ANEEL.
 - (ii) Redução da receita de correção monetária em função da queda nos índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados.
 - (iii) Aumento da despesa financeira líquida, resultado das captações em 2019 associado ao aumento do IPCA entre os períodos comparados.
 - (iv) Estes efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Aumento no resultado de Equivalência Patrimonial explicada pelos maiores investimentos nas concessões Aimorés, Paraguaçu e Ivaí e pelo aumento do resultado das Transmineiras após conclusão da aquisição da participação da Eletrobras; e
 - b. Crescimento da margem de construção em razão do aumento dos investimentos nos empreendimentos – maior impacto na comparação entre 2019 e 2018.
- Lucro líquido ajustado do 2019 foi de R\$ 711,0 MM, excluindo os efeitos da adoção do CPC 47 de R\$ 291,3 MM. Após a destinação das reservas legal e de incentivo fiscal, o lucro distribuível totalizou R\$ 655,9 MM (R\$ 1,90 / Unit e payout de 92,3% do lucro líquido ajustado e de 65,5% do lucro líquida):
 - (i) Pagamento de R\$ 594,2 MM (R\$ 1,72 / Unit) realizado ao longo de 2019 sendo: R\$ 320,1 MM (R\$ 0,93 / Unit) em dividendos intercalares, e (ii) R\$ 274,1 MM (R\$ 0,80 / Unit) em JCP; e

- (ii) Valor remanescente de R\$ 61,8 MM (R\$ 0,18 / Unit) a ser distribuído a título de dividendos adicionais propostos foi aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020 e será submetido para aprovação da Assembleia de Acionistas.

RESULTADO REGULATÓRIO

- Receita líquida no valor de R\$ 339,5 MM no 4T19, 2,3% maior que no 4T18, explicado pelo reajuste inflacionário, pela entrada em operação dos reforços da Novatrans e por reclassificação contábil no 4T18. Em 2019, a Receita líquida somou R\$ 1.394,2 MM, apresentando uma redução anual de 8,7%, devido ao corte de 50% da RAP de algumas concessões.
- Custos de PMSO somaram R\$ 81,3 MM no 4T19 e R\$ 240,5 MM em 2019, registrando um aumento anual de 13,2% e 8,5%, respectivamente, devido às maiores despesas com pessoal e serviços de terceiros e baixa no estoque relacionada à conclusão dos reforços da Novatrans.
- O EBITDA totalizou R\$ 258,2 MM do 4T19 e R\$ 1.153,7 MM em 2019, queda de 0,8% e 11,6%, respectivamente, na comparação anual. Margem EBITDA ficou 76,1% no 4T19 (-2,3pp) e 82,7% em 2019 (-2,7pp). Essa redução é explicada basicamente pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões e pelo aumento dos custos entre os períodos comparados.
- Lucro Líquido somou R\$ 147,7 MM no 4T19, uma redução de 26,6% na comparação anual. Já em 2019 fechou em R\$ 767,7 MM, 18,6% menor que o mesmo período do ano anterior.
- No 4T19, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 5.265,0 MM, 12,6% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 2.424,4 MM (+17,8% versus 3T19), resultando em uma Dívida líquida de R\$ 2.840,7 MM, registrando um crescimento de 8,5% no trimestre. Dívida líquida / EBITDA ficou em 2,2x (versus 2,0x no 3T19).
- Taxa de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,90% e PV de R\$ 15,3 MM (0,98% da RAP Consolidada) em 2019. Redução anual de R\$ 5,0 MM provocada pelas maiores reversões de provisões ocorridas no 1T19 e pela manutenção corretiva no 2T18 realizada no banco de reatores 05E7 da SE Sobradinho (ATE II), visando sanar vazamento de óleo nas fases A e B.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 38 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTEA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 9 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João e São Pedro); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e a TBE).

No leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL, realizado no dia 20 de dezembro de 2018, a Taesa arrematou o lote 12 com uma RAP de R\$ 60,7 MM (ciclo 2019-2020). O empreendimento, nomeado como Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Sant'Ana"), está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, tem 587 km de extensão de linhas e um CAPEX ANEEL de R\$ 610 MM com prazo de construção de 48 meses. O contrato de concessão de Sant'Ana foi assinado em 22 de março de 2019.

No âmbito do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, a Taesa concluiu a aquisição do lote N (ETAU) em 29 de abril de 2019 e dos lotes L (Brasnorte) e M (Transmineiras) em 31 de maio de 2019, adicionando R\$ 52,6 MM de RAP à sua base. Veja abaixo maiores detalhes da transação:

Lote/ Leilão Eletrobrás	SPE de Transmissão	Valor Pago (em R\$ mil)	RAP ¹ (em R\$ mil)	Participação Adquirida	Participação Final da TAESA	Contabilização no Resultado TAESA
L	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte)	75.622	13.700	49.7115%	88.376%	Consolidação
M	Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	34.969	9.108	24.50%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	24.199	10.991	24.00%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	18.340	7.096	25.00%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU)	32.880	11.728	23.0355%	75.6193%	Equivalência Patrimonial
Total		186.010	52.623			

(1) RAP referente à participação adquirida (ciclo 2019-2020)
 (2) Considera participação direta de 49% e indireta de 4,9982% via subsidiária ENTE.

Em 30 de agosto de 2019, a Taesa concluiu a aquisição de 11,624% da Brasnorte detidas pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. Após a conclusão dessa operação, a Companhia, que antes detinha a participação acionária de 88,376% na Brasnorte, passou a deter 100% do total das ações desta empresa.

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da São João Transmissora de Energia S.A. ("São João") e de São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("São Pedro"), após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição desses ativos, adicionando uma RAP de R\$ 92,5 MM (ciclo 2019/2020).

E em 6 de março de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a aquisição de 100% das ações representativas do capital total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. Dessa forma, todas as condições precedentes foram cumpridas e a Companhia deverá concluir a aquisição em breve.

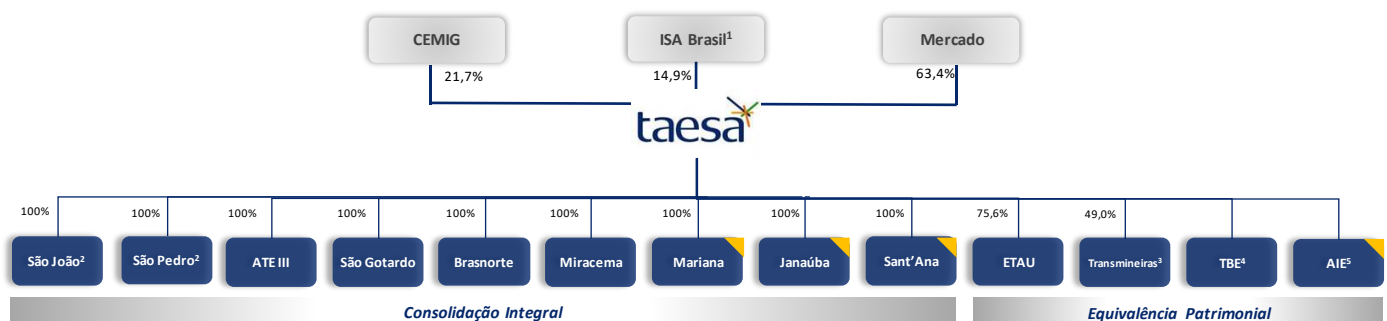
Com relação aos empreendimentos em construção, 2 dos 9 projetos adquiridos em leilões entraram em operação ao final de 2019 e início de 2020. As energizações da concessão Miracema, referentes ao trecho LT 230kV Lajeado – Palmas, à nova subestação de Palmas e à adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado foram concluídas em 29 de novembro de 2019. Antes disso, a Companhia já havia energizado o trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, em 30 de setembro de 2019. Em 20 de janeiro de 2020, a última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV Poções III – Poções II (representa apenas 6% do projeto) foi

concluída. Previamente, as energizações do trecho LT 500 kV Ibicoara – Poções III e da SE 500/230 kV Poções III foram concluídas em 22 de dezembro de 2019.

Com isso, a Companhia conclui a entrega dos empreendimentos Miracema e EDTE cumprindo o capex e prazos exigidos pela ANEEL e adicionando uma RAP de R\$ 99,6 MM (ciclo 2019-2020).

Importante destacar também que a Taesa concluiu os reforços da concessão Novatrans Energia S.A. referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17, adicionando R\$ 38,1 MM de RAP (ciclo 2019-2020). Os bancos de capacitores Serra da Mesa e Gurupi Sul, referentes a REA 6306/17, foram energizados em 21 de outubro de 2019, e os bancos de capacitores Gurupi Norte e Miracema, referentes a REA 6369/17, foram energizados, respectivamente, em 28 de outubro e 18 de novembro de 2019.

Após a conclusão das operações e das entregas dos projetos e reforços em construção mencionadas acima, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

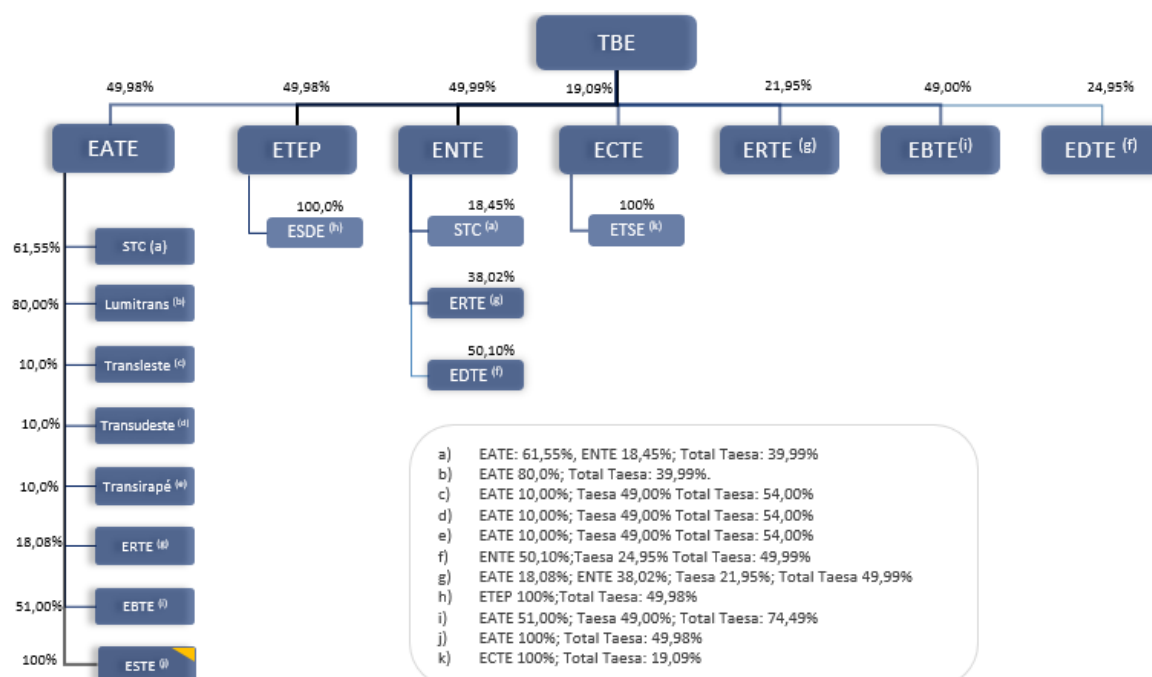
² Em 2018, a Companhia anunciou a compra de 4 ativos operacionais da Ambar Energia Ltda. A aquisição da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020. O fechamento da operação para aquisição da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. e São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ainda está sujeito ao cumprimento de condições precedentes.

³ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%).

⁴ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁵ AIE - Aliança Inteligência Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

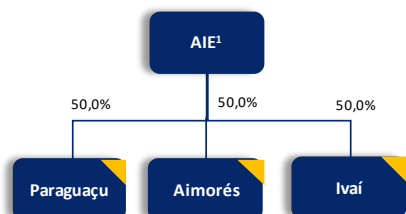
3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



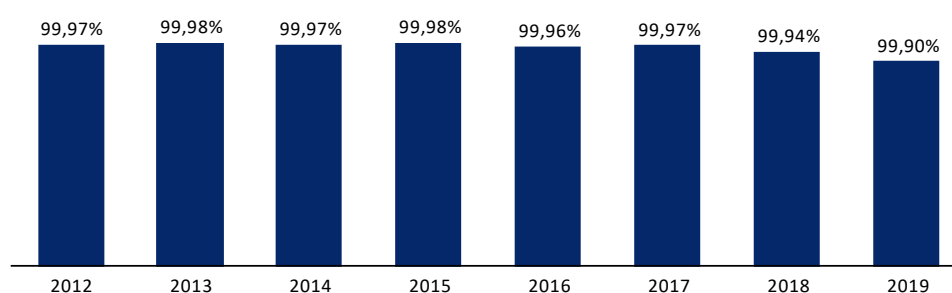
¹AIE é o nome fantasia dado ao grupo de 3 concessões.
em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

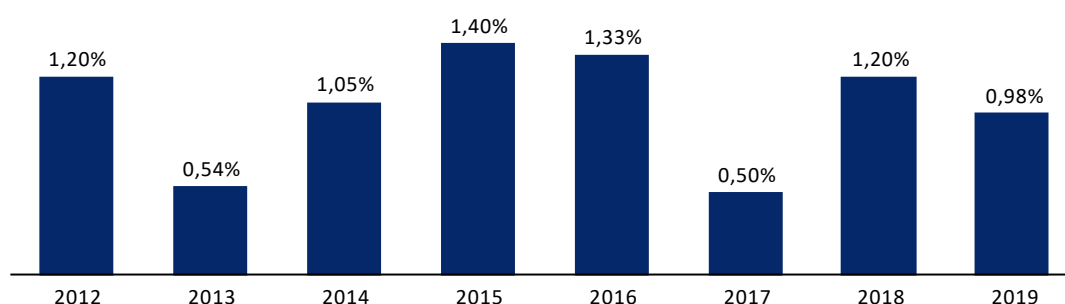
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no ano de 2019, uma taxa média consolidada de disponibilidade da linha de 99,90%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras e TBE. Este resultado ficou ligeiramente menor que os níveis registrados nos anos anteriores em função de explosões atípicas do Transformador de Corrente (TC) modelo CTH 550 (R6 e R7) e desligamentos programados e não-programados durante o ano concentrados nas concessões ATE III, ATE II, Novatrans e TSN – maiores detalhes mais abaixo.

A Taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.760 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV acumulada em 2019 foi de R\$ 15,3 MM, resultado principalmente de (i) realização de manutenções e substituições dos equipamentos em função das explosões atípicas das Fases B e C do Transformador de Corrente (TC) modelo CTH 550 (R6 e R7) associado ao disjuntor MBDJ7-07 da SE Marabá (ATE III), ocorridas em junho de 2019, (ii) desligamentos programados e não-programados durante o ano concentrados nas concessões ATE III, ATE II, Novatrans e TSN, e (iii) maiores reversões de provisões ocorridas no 1T19. A redução de R\$ 5,0 MM quando comparado a 2018 foi provocada pelas maiores reversões de provisões ocorridas no 1T19 e pela manutenção corretiva no 2T18 realizada no banco de reatores 05E7 da SE Sobradinho (ATE II), visando sanar vazamento de óleo nas fases A e B.

4.2. Ciclo da RAP 2019-2020

Em junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.565/19 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2019-2020, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2019 até 30 de junho de 2020, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T19. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de 7,64%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de 4,66%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2017-2018	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020
Ajuste IGP-M	1,57%	4,26%	7,64%
Novatrans ²	517,2	413,5	330,9
TSN ²	427,9	279,6	301,0
Munirah	36,5	38,0	40,9
GTESA	9,4	5,8	5,5
PATESA ²	25,0	26,1	18,1
ETAU ¹²	24,2	25,2	38,5
ETEO	88,1	91,9	98,9
NTE ²	153,4	125,2	86,3
STE ²	81,6	85,3	48,6
ATE I ²	149,0	155,4	167,3
ATE II ²	230,3	240,3	258,7
EATE ¹²	177,1	113,6	122,2
ETEP ¹	28,2	25,6	27,6
ENTE ¹	112,6	117,4	102,0
ECTE ¹	9,0	9,4	10,2
ERTE ¹²	25,3	26,3	19,5
Lumitrans ¹²	10,7	11,1	12,0
Transleste ¹	12,2	12,8	24,7
Transirapé ¹	9,8	10,2	20,1
Transudeste ¹	7,3	7,6	15,3
Subtotal	2.134,7	1.820,4	1.748,3
Ajuste IPCA-A	3,60%	2,86%	4,66%
ATE III ²³⁵	116,3	119,8	125,4
São Gotardo ³	5,2	5,2	5,4
Mariana ³⁴	14,3	14,7	15,4
Miracema ³	60,4	62,1	65,0
Janaúba ³⁴	180,3	185,4	194,1
Aimorés ¹³⁴	36,9	37,9	39,7
Paraguaçu ¹³⁴	55,0	56,6	59,2
Brasnorte ¹²³	10,1	10,2	27,6
STC ¹²³	17,6	18,1	18,9
EBTE ¹²³	34,0	35,8	34,4
ESDE ¹³	6,5	6,7	7,0
ETSE ¹²³	3,7	3,8	4,0
ESTE ¹³⁴	52,1	53,6	56,1
Ivaí ¹³⁴	136,6	140,5	147,0
EDTE ¹³	32,1	33,0	34,6
Sant'Ana ⁴	0,0	59,0	60,9
São João ⁶	0,0	0,0	47,6
São Pedro ⁶	0,0	0,0	44,9
Subtotal	761,1	842,4	987,2
Total	2.895,8	2.662,8	2.735,5

¹ Valor de RAP proporcional a participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

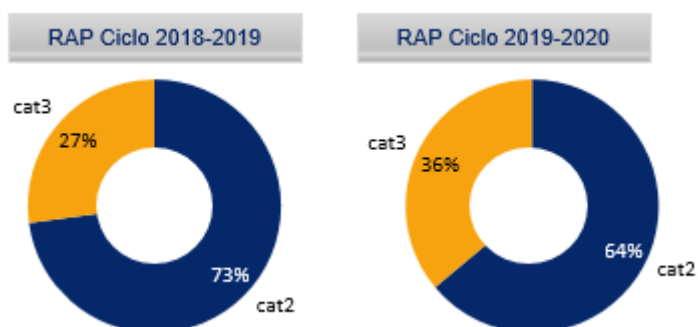
⁶ Aquisição concluída em 14 de fevereiro de 2020

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2019-2020 é de R\$ 2.736 MM, sendo 50% no nível da *holding*. Considerando a conclusão dos reforços de Novatrans e dos empreendimentos Miracema e EDTE, e da conclusão da aquisição de São João e São Pedro (maiores detalhes na seção 3.1), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2019-2020 ficou em R\$ 2.163 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2019-2020 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Novatrans**, **GTESA**, **PATESA**, **ETAU**, **NTE**, **STE**, **ENTE** e **ERTE** sofreram impacto do corte de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **Novatrans**, **ETAU**, **STE**, **ATE II** e **Brasnorte** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **EBTE** apresentou efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) aquisição do empreendimento Sant'Ana no leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL em dez/18 quando a Taesa se sagrou vencedora na disputa pelo lote 12; (ii) conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; (iii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em ago/19; (iv) energização dos empreendimentos Miracema (nov/19) e EDTE (jan/20); (v) conclusão dos reforços da Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17 em nov/19; e (vi) conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fev/20. Maiores detalhes na seção 3.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João e São Pedro devem ser adicionados de PIS/COFINS.



4.3. Redução de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para o ciclo 2016-2017, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Para os ciclos 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020, as seguintes concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrará no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.

Para os ciclos futuros, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.

- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos ao corte de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

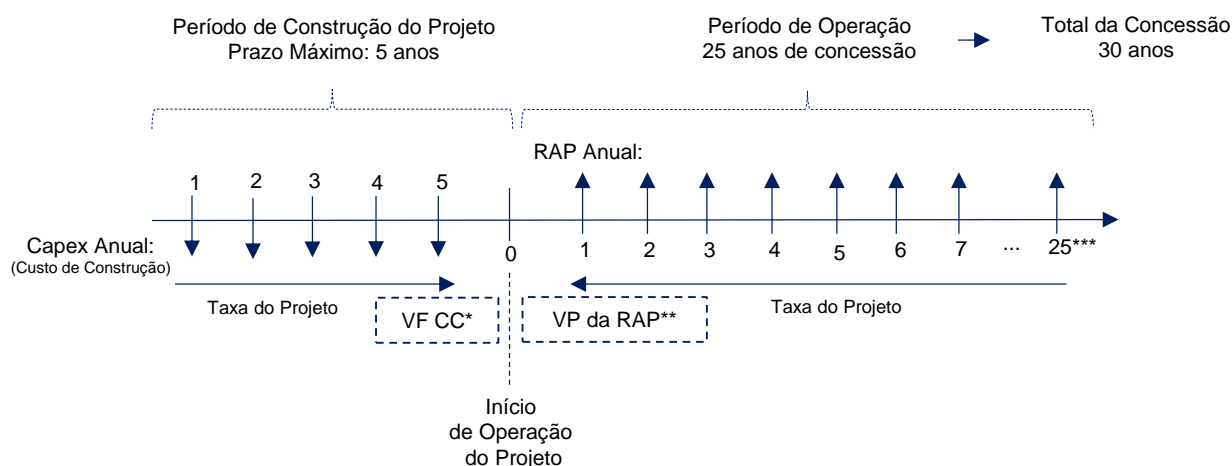
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão ("Taxa do Projeto"). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



O cálculo da **Margem de Construção** é feito pela diferença entre o VPL da RAP e o VF CC:

- (i) VF CC = VP da RAP → Margem de Construção = 0
- (ii) VF CC > VP da RAP → Margem de Construção < 0
- (iii) VF CC < VP da RAP → Margem de Construção > 0

* VF CC: Valor Futuro do Custo de Construção

** VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

***VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de construção. Isto é, a receita de construção passa a constituir uma margem de construção, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Construção no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de construção era igual ao custo de construção mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de construção impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de construção passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de construção mais a margem de construção, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Construção e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetário do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de construção.

Impactos da mudança contábil para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018:

O ajuste gerado pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 31 de dezembro de 2017, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido) no montante de R\$ 113.399.544,45;
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17.

Os ajustes acima mencionados foram contabilizados nas contas de Reserva Especial e Reserva Legal (5%), essa última refere-se apenas ao Resultado do Exercício de 2018 da Companhia.

Em 2019 os efeitos relativos à adoção do CPC 47 foram excluídos do lucro líquido distribuível, sendo também contabilizados na conta de Reserva Especial no montante total de R\$ 276.757.342,33. Portanto, em 31 de dezembro de 2019 a conta de Reserva Especial possui o saldo de R\$ 501.234.767,69.

A fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia, a conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que a adoção do CPC 47 não tem efeito caixa (a eficiência/ineficiência do projeto é contabilizada como margem de construção durante a fase de construção dos projetos com efeito puramente contábil no resultado em IFRS).

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 4T19 foi de R\$ 427,5 MM, 13,6% menor que o 4T18, devido principalmente à redução das receitas de construção e de correção monetária.

Em 2019, a Receita Líquida IFRS totalizou R\$ 1.795,0 MM, 9,8% maior que o registrado em 2018 em função basicamente do aumento da receita de construção que foi compensado em parte pela queda da receita de correção monetária.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de construção que passa a contabilizar uma margem de construção, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do quarto trimestre de 2019 foram: IGP-M de -0,01%, 0,68% e 0,30% (acumulado +0,97%), e IPCA de -0,04%, 0,10% e 0,51% (acumulado +0,57%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2019, respectivamente. No quarto trimestre de 2018, o IGP-M foi de 1,52%, 0,89% e -0,49% (acumulado +1,92%), e IPCA de 0,48%, 0,45% e -0,21% (acumulado +0,72%), referente aos respectivos meses de 2018. Já no ano de 2019, o IGP-M acumulado foi de 3,97% enquanto o IPCA ficou em 3,27%. Já no acumulado de 2018, o IGP-M foi apurado em 9,68% e o IPCA em 4,05% (base para a correção monetária no ano: dezembro a novembro).

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T19	4T18*	Var.%	2019	2018*	Var.%
Operação e manutenção		157,6	145,9	8,0%	607,2	573,1	6,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão		127,1	125,3	1,5%	505,1	507,5	-0,5%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		35,5	68,7	-48,4%	164,4	347,2	-52,6%
Construção e indenização		150,4	231,3	-35,0%	705,4	415,4	69,8%
Total Receitas IFRS		470,6	571,2	-17,6%	1.982,2	1.843,2	7,5%
Parcela variável		(7,0)	(7,4)	-6,0%	(15,3)	(20,3)	-24,6%
Outras receitas operacionais		7,8	(19,6)	n/a	15,6	(14,7)	n/a
Receita operacional bruta		471,4	544,1	-13,4%	1.982,5	1.808,3	9,6%
PIS e COFINS		(26,4)	(28,5)	-7,3%	(111,3)	(92,8)	20,0%
ISS		(0,04)	(0,07)	-37,5%	(0,18)	(0,20)	-13,8%
ICMS		(0,01)	-	n/a	(0,05)	-	n/a
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(17,5)	(19,8)	-11,5%	(76,0)	(80,1)	-5,1%
Deduções da receita operacional bruta		(44,0)	(48,4)	-9,1%	(187,5)	(173,1)	8,3%
Receita operacional líquida		427,5	495,8	-13,8%	1.795,0	1.635,2	9,8%

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** A variação positiva de 8,0% da receita de O&M na comparação entre o 4T19 e o 4T18 se deve (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2019-2020, de 7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2019 a junho de 2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/19, (ii) à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019, e (iii) à conclusão dos reforços da Novatrans entre outubro e novembro de 2019. O aumento de 6,0% entre 2019 e 2018 é explicado pelos mesmos motivos mencionados acima e também pelo reajuste inflacionário do ciclo 2018-2019 (4,26% no IGP-M e 2,86% no IPCA).

- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 4T19 ficou ligeiramente acima na comparação anual devido à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019 que compensou à amortização do saldo do ativo pelos recebimentos. Na comparação entre 2019 e 2018, o resultado ficou praticamente em linha, explicado pelos mesmos motivos mencionados acima.
- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma redução de R\$ 33,2 MM entre o 4T19 e o 4T18 e de R\$ 182,8 MM entre 2019 e 2018, em razão da queda nos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, conforme apresentado mais acima.
- **Construção e indenização:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de construção durante o período pré-operacional. A redução de R\$ 80,9 MM registrada na comparação entre 4T19 e 4T18, se deve basicamente à reversão de R\$ 80,6 MM no 4T19 da receita de construção das melhorias, que ainda estão em fase de construção, principalmente das concessões ATE II, TSN e NTE. Com base na Nota Técnica nº 125/2018-SRM/SCT/ANEEL, de 3 de agosto de 2018, a ANEEL sinalizou que os investimentos classificados como melhoria de pequeno porte para as transmissoras licitadas não teriam reconhecimento de adicional de receita a partir de 1º de janeiro de 2018. Apesar das contribuições e manifestações da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE) e dos próprios agentes de transmissão no que tange ao conteúdo da nota técnica, até o momento não houve conclusão sobre o tema. Portanto, a Companhia, de forma conservadora, reclassificou as melhorias de pequeno porte como custos de O&M, gerando uma baixa no saldo do ativo de contrato relacionado a esses projetos.

Cabe mencionar que os menores investimentos em Miracema (concluída integralmente em 29 de novembro de 2019) e nos reforços na TSN e ATE II e a não contabilização da receita de construção do empreendimento Mariana desde o 3T19 (o limite de investimentos definidos no caso-base do leilão para o cálculo da margem de construção de Mariana foi ultrapassado no 3T19) foram compensados pelos maiores investimentos nos empreendimentos Janaúba, Sant'Ana e nos reforços da Novatrans. Na comparação entre 2019 e 2018, a linha de receita de construção aumentou R\$ 290,0 MM, influenciada principalmente pelos maiores investimentos nos empreendimentos em construção Janaúba, Sant'Ana e Miracema e nos reforços da Novatrans, compensado em parte pela reversão da receita de construção das melhorias, mencionada acima.

- **Parcela variável (PV):** A melhora de R\$ 0,5 MM entre o 4T19 e o 4T18 e de R\$ 5,0 MM na comparação entre os anos de 2019 e 2018 se deve, basicamente, pelos maiores desligamentos e provisões ocorridos em 2018. Adicionalmente houve maiores reversões de provisão de PV no 1T19 que explicou um melhor resultado para 2019. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de R\$ 27,4 MM na comparação entre 4T19 e 4T18 e de R\$ 30,2 MM entre 2019 e 2018 se deve, basicamente a: (i) resultado negativo no 4T18, explicado pela reclassificação em dezembro 2018 de R\$ 23,2 MM da conta EUST (Encargos de Uso de Sistemas de Transmissão) para o passivo, (ii) contabilização de R\$ 3,8 MM no resultado referente à receita pro-rata dos reforços (Banco de Capacitores) da Novatrans até novembro de 2019, uma vez que a operação desses reforços para fins de cálculo do ativo contratual se inicia somente a partir de dezembro de 2019 (primeiro mês completo de recebimento da RAP), e (iii) consolidação do resultado da Brasnorte na Taesa.
- **Deduções da receita bruta:** Houve uma redução de 9,1% na comparação entre o 4T19 e 4T18 e um aumento de 8,3% entre o 2019 e 2018. As variações mencionadas ocorrem em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.16).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 249,8 MM no 4T19, 6,2% maior quando comparado ao 4T18.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 706,1 MM no 2019, 39,4% maior quando comparado ao 2018.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T19	4T18*	Var.%	2019	2018	Var.%
Pessoal		(36,2)	(31,3)	15,6%	(134,3)	(123,6)	8,7%
Material		(183,1)	(162,3)	12,8%	(477,7)	(281,1)	69,9%
Serviço de terceiros		(20,6)	(19,3)	6,5%	(61,6)	(57,6)	6,9%
Outros		(7,0)	(20,5)	-65,9%	(19,3)	(38,0)	-49,0%
Total		(246,9)	(233,4)	5,8%	(692,9)	(500,2)	38,5%
Depreciação e amortização		(2,8)	(1,7)	70,4%	(13,2)	(6,4)	106,3%
Total		(249,8)	(235,1)	6,2%	(706,1)	(506,6)	39,4%

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 15,6% na comparação entre o 4T19 e o 4T18 e de 8,7% entre 2019 e 2018 são explicados, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, preenchimento de vagas em aberto e consolidação da Brasnorte na Companhia. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).
- **Material:** O aumento de 12,8% entre o 4T19 e o 4T18 se deve, principalmente, à evolução dos empreendimentos em construção Janaúba, Mariana e Sant'Ana e dos reforços de Novatrans, parcialmente compensado pelos menores investimentos nos empreendimentos de Miracema e reforços na TSN e ATE II. A variação positiva de 69,9% na comparação entre 2019 e 2018 se deve aos mesmos motivos mencionados acima, além dos maiores investimentos em Miracema no ano.
- **Serviços de terceiros:** O crescimento de 6,5% entre o 4T19 e 4T18 foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas de O&M e serviços advocatícios compensado em parte pela diminuição dos gastos com serviço de consultorias. Já o aumento de 6,9% entre 2019 e 2018 se deu em função do aumento das despesas relacionadas ao licenciamento de softwares resultado da implementação do novo sistema SAP no 1T19 e do serviço de limpeza de faixa de servidão em função da contratação de novos fornecedores para atendimento aos serviços de supressão vegetal nas gerências de Brasília e Araguaína no 2T19.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução de 65,9% na comparação entre 4T19 e 4T18 e de 49,0% na comparação entre 2019 e 2018, principalmente devido à revisão e atualização das provisões para contingências judiciais no valor aproximado de R\$ 14 MM contabilizado no 4T18 e também à adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, relativo às despesas de aluguéis que passaram a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de 70,4% entre o 4T19 e o 4T18 e de 106,3% entre 2019 e 2018 se deve à adoção do CPC 06 (IFRS 16) a partir de janeiro de 2019, onde foi registrado o valor de R\$ 1,2 MM e de R\$ 6,7 MM, respectivamente, referente à depreciação do Direito do Uso (taxa linear).

4.7. Combinação de Negócios (IFRS)

Com a conclusão no 2T19 da aquisição da participação da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e nas Transmineiras, a Companhia registrou no resultado daquele trimestre um ganho líquido de R\$ 9,8 MM referente à compra vantajosa na aquisição das participações nas empresas Brasnorte, Transleste e Transudeste e à remensuração do valor da Brasnorte no balanço da Companhia com a aquisição do controle deste ativo – vide maiores detalhes na DFP de 2019.

Além disso, em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu as ações da Bipar (acionista não-controlador) na Brasnorte, passando a deter 100% de participação na investida. Considerando que a Taesa já possuía o controle da Brasnorte e que a operação com a Bipar não gerou nenhuma alteração nesse sentido, a Companhia registrou o valor de R\$ 4,3 MM no 3T19 diretamente no patrimônio líquido relativo à diferença entre o valor justo da participação adquirida e o valor pago, conforme o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

4.8. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 4T19 totalizou R\$ 180,5 MM com margem EBITDA de 42,2%. A redução de 31,2% do EBITDA IFRS na comparação contra o 4T18 foi reflexo, principalmente, da (i) reversão de R\$ 80,6 MM da receita de construção das melhorias não operacionais, (ii) não contabilização da receita de construção do empreendimento Mariana, e (iii) queda da receita de correção monetária. Na comparação entre 2019 e 2018, a queda de 2,0% do EBITDA IFRS é explicada pelos mesmos motivos mencionados acima, entretanto os maiores investimentos nos projetos em construção em 2019, que impactaram positivamente na margem de construção, e o ganho líquido de R\$ 9,8 MM referente à compra vantajosa na aquisição das participações nas empresas Brasnorte, Transleste e Transudeste no 2T19 minimizaram a queda contra 2018.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T19	4T18*	Var.%	2019	2018	Var.%
Receita líquida		427,5	495,8	-13,8%	1.795,0	1.635,2	9,8%
Custos e despesas		(246,9)	(233,4)	5,8%	(692,9)	(500,2)	38,5%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-	9,8	-	0,0%
EBITDA		180,5	262,3	-31,2%	1.111,9	1.135,0	-2,0%
Margem EBITDA		42,2%	52,9%	-10,7 pp	61,9%	69,4%	-7,5 pp

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

4.9. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 4T19 totalizou R\$ 339,5 MM, 2,3% maior que no 4T18, explicado pelo reajuste inflacionário, pela entrada em operação dos reforços da Novatrans em novembro e por reclassificação contábil no 4T18.

Receita Líquida Regulatória no 2019 somou R\$ 1.394,2 MM, apresentando uma redução anual de 8,7% devido ao corte de 50% da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O aumento na linha da RAP de 1,2% entre os trimestres 4T19 e 4T18 é explicado, basicamente, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% em IGP-M e 4,66% em IPCA), pela entrada em operação dos reforços da Novatrans em 19 de novembro de 2019 (mais informações na seção 3.1) e pela reclassificação em dezembro 2018 de R\$ 23,2 MM da conta EUST (Encargos de Uso de Sistemas de Transmissão) para o passivo – efeito pontual que reduziu a linha da RAP no 4T18. Estes impactos foram compensados em parte pela redução da RAP da Novatrans, GTESA, PATESA, NTE e STE (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas seções 4.2 e 4.3). Já a redução de 8,5% na comparação entre 2019 e 2018 foi ocasionada pelo efeito negativo do corte de 50% da RAP nas concessões TSN, Novatrans, GTESA, PATESA, NTE e STE referente aos ciclos 2018-2019 e 2019-2020, impacto esse maior que os efeitos positivos do reajuste inflacionário dos mesmos ciclos da RAP, da consolidação da Brasnorte na Taesa e da entrada em operação dos reforços da Novatrans.

Já a Parcela Variável (PV) apresentou uma redução de R\$ 0,5 MM entre o 4T19 e o 4T18 e de R\$ 5,0 MM entre 2019 e 2018 em função principalmente dos maiores desligamentos e provisões ocorridos no 2018. Adicionalmente houve maiores reversões de provisão de PV no 1T19 que explicou um melhor resultado para 2019. A relação PV / RAP ficou em 0,98% em 2019 contra 1,20% em 2018. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Os encargos setoriais reduziram em função do corte da RAP conforme mencionado acima. Essa redução não acompanhou o aumento da receita operacional bruta, na comparação entre o 4T19 e o 4T18, uma vez que a receita de reforços e melhorias autorizadas pela ANEEL não possui obrigação de recolhimento dos encargos de transmissão.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T19	4T18	Var.%	2019	2018	Var.%
RAP Concessionárias		384,0	379,4	1,2%	1.565,8	1.710,8	-8,5%
PV		(7,0)	(7,4)	-6,0%	(15,3)	(20,3)	-24,6%
Receita do Serviço		377,0	372,0	1,4%	1.550,5	1.690,5	-8,3%
Outras receitas operacionais		0,3	0,7	-64,1%	1,2	2,1	-41,0%
Receita operacional bruta		377,3	372,7	1,2%	1.551,7	1.692,6	-8,3%
PIS e COFINS		(20,2)	(20,8)	-2,9%	(81,3)	(85,6)	-5,0%
ISS		(0,04)	(0,1)	-37,4%	(0,2)	(0,2)	-13,8%
ICMS		(0,0)	-	0,0%	(0,1)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(17,5)	(19,8)	-11,5%	(76,0)	(80,1)	-5,1%
Total Deduções		(37,8)	(40,7)	-7,1%	(157,5)	(165,9)	-5,0%
Receita operacional líquida		339,5	332,0	2,3%	1.394,2	1.526,7	-8,7%

4.10. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 131,0 MM no 4T19, 8,6% maior quando comparado ao 4T18. Os custos de PMSO somaram R\$ 81,3 MM, registrando um aumento anual de 13,2%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização em 2019 totalizaram R\$ 435,7 MM, 5,4% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 2019 R\$ 240,5 MM, registrando um aumento anual de 8,5%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T19	4T18	Var.%	2019	2018	Var.%
Pessoal		(36,2)	(31,3)	15,6%	(134,3)	(123,6)	8,7%
Material		(0,9)	(0,6)	44,7%	(2,4)	(2,6)	-4,0%
Serviço de terceiros		(20,6)	(19,3)	6,5%	(61,6)	(57,6)	6,9%
Outros		(23,5)	(20,5)	15,0%	(42,2)	(38,0)	11,1%
Total		(81,3)	(71,8)	13,2%	(240,5)	(221,7)	8,5%
Depreciação e amortização		(49,7)	(48,9)	1,7%	(195,2)	(191,8)	1,8%
Total		(131,0)	(120,6)	8,6%	(435,7)	(413,5)	5,4%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 81,3 MM no 4T19 (+13,2% versus 4T18). Esse aumento é explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 15,6% na comparação entre o 4T19 e o 4T18 e de 8,7% entre 2019 e 2018 são explicados, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, preenchimento de vagas em aberto e consolidação da Brasnorte na Companhia. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).
- **Material:** O aumento de R\$ 0,3 MM entre o 4T19 e o 4T18 se deve aos maiores gastos de manutenção na ATE II e ATE III além da consolidação do resultado da Brasnorte no resultado da Taesa. Já a queda de 4,0% na comparação entre 2019 e 2018 é explicada pelos menores gastos com operação e manutenção de linhas durante os primeiros nove meses do ano.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento de 6,5% entre o 4T19 e 4T18 foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas de O&M e serviços advocatícios compensados em parte pela diminuição dos gastos com serviço de consultorias. Já o aumento de 6,9% entre 2019 e 2018 se deu em função ao aumento das despesas relacionadas ao licenciamento de softwares resultado da implementação do novo sistema SAP no 1T19 e do serviço de limpeza de faixa de servidão em função da contratação de novos fornecedores para atendimento aos serviços de supressão vegetal nas gerências de Brasília e Araguaína no 2T19.
- **Outros:** A linha de Outros apresentou um aumento de R\$ 3,0 MM (+15,0%) na comparação entre os trimestres e de R\$ 4,2 MM (+11,1%) na comparação entre 2019 e 2018 em razão da baixa no estoque no 4T19 de aproximadamente R\$ 15,1 MM relacionada ao reforço da Novatrans, concluído em novembro passado, que consistia na substituição de 4 bancos de capacitores, assim como pela revisão e atualização das provisões para contingências judiciais, contabilizadas no 4T18, no valor aproximado de R\$ 14 MM.

4.11. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 4T19 totalizou R\$ 258,2 MM, 0,8% inferior ao registrado no 4T18, com uma margem EBITDA de 76,1%. Em 2019, o EBITDA Regulatório atingiu R\$ 1.153,7 MM, 11,6% menor na comparação com 2018, com uma margem EBITDA de 82,7%. Essa redução é explicada basicamente pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões e pelo aumento dos custos entre os períodos comparados.

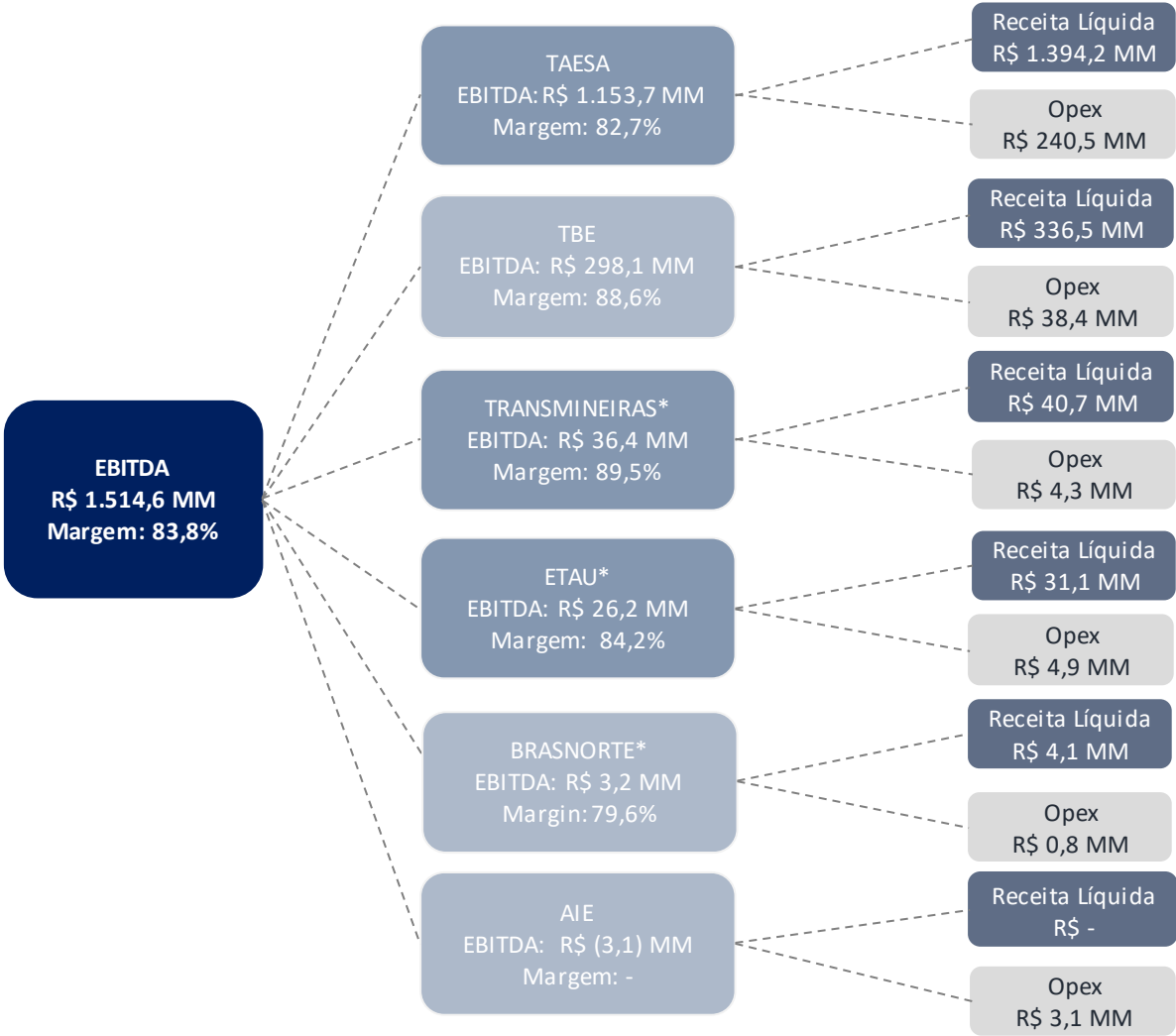
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T19	4T18	Var.%	2019	2018	Var.%
Receita líquida	339,5	332,0	2,3%	1.394,2	1.526,7	-8,7%
Custos e despesas	(81,3)	(71,8)	13,2%	(240,5)	(221,7)	8,5%
EBITDA	258,2	260,2	-0,8%	1.153,7	1.305,0	-11,6%
Margem EBITDA	76,1%	78,4%	-2,3 pp	82,7%	85,5%	-2,7 pp

4.12. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório no ano de 2019, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU*, Brasnorte*, Transmineiras*, AIE e TBE).



* Em função da conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, em 29/04/2019 e na Brasnorte e Transmineiras, em 31/05/2019, os valores destes ativos acima contemplam o resultado proporcional das participações de antes e depois da aquisição de cada ativo. Especificamente em relação a Brasnorte, devido à aquisição do controle do ativo, os valores contemplam apenas 5 meses de 2019, sendo o resultado da Brasnorte consolidado no resultado da Taesa a partir de junho de 2019. Vide seção 3.1 para maiores detalhes sobre as participações adquiridas.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T19 totalizou R\$ 101,5 MM, 31,6% maior que o registrado no 4T18. Já no 2019 a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 306,3 MM, 1,7% maior que o registrado em 2018.

Equivalência Patrimonial IFRS

	R\$ MM	4T19	4T18*	Var.%	2019	2018	Var.%
ETAU		(2,0)	2,1	-	7,6	8,5	-11,1%
Brasnorte		-	1,5	0,0%	2,4	6,5	-64,0%
TBE		47,6	63,9	-25,6%	200,6	258,4	-22,3%
Aimorés		15,7	4,3	261,4%	21,5	5,6	285,0%
Paraguaçu		26,6	0,6	4083,7%	41,0	1,9	2080,3%
Ivaí		5,7	0,8	604,8%	13,6	3,4	304,0%
Transmineiras		8,9	3,9	129,1%	19,7	17,0	15,7%
Total Equivalência Patrimonial		101,5	77,1	31,6%	306,3	301,3	1,7%

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

O aumento de 31,6% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T19 e o 4T18, se deve principalmente aos maiores investimentos nas concessões em construção Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (AIE), cujas margens de construção impactam o resultado dos empreendimentos, que foi maior que o efeito negativo da queda dos índices macroeconômicos registrados entre os períodos. Além disso, o aumento nas Transmineiras se refere à conclusão da aquisição das participações da Eletrobras nas Transmineiras no 2T19.

A variação positiva de 1,7% na comparação entre os anos de 2019 e 2018 se deve aos mesmos motivos apresentados acima. Vale destacar que a partir de 31 de maio de 2019, com a aquisição da participação da Eletrobras na Brasnorte, a Companhia passou a consolidar os resultados da Brasnorte nas suas demonstrações de resultado.

4.14. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T19 totalizou R\$ 50,1 MM, 9,8% menor que o registrado no 4T18. Já no 2019 a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 196,8 MM, 6,9% menor que 2018.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	R\$ MM	4T19	4T18	Var.%	2019	2018	Var.%
ETAU		3,6	2,6	41,3%	14,2	10,6	34,6%
Brasnorte		-	1,0	-100,0%	2,3	4,5	-47,7%
TBE		53,3	62,5	-14,7%	212,0	238,7	-11,2%
Aimorés		(0,2)	(0,1)	105,9%	(0,7)	(0,6)	15,5%
Paraguaçu		(0,3)	(0,2)	43,4%	(0,9)	(0,5)	69,4%
Ivaí		(1,2)	(0,2)	391,7%	(1,5)	(0,7)	123,6%
Transmineiras		8,6	3,7	132,1%	26,0	14,1	84,5%
Resultado das Controladas		63,8	69,2	-7,8%	251,4	266,1	-5,5%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		50,1	55,6	-9,8%	196,8	211,5	-6,9%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T19 apresentou uma redução de 9,8% na comparação anual em função principalmente do resultado da TBE que foi impactado pelo corte de 50% na RAP em duas concessões da TBE (ENTE e ERTE), pela revisão tarifária na EBTE, ambos ocorridos no ciclo 2019-2020. Além disso, a consolidação do resultado da Brasnorte pela Taesa a partir de junho de 2019 e o aumento da linha de pessoal e serviços de terceiros das concessões Aimorés, Paraguaçu e Ivaí também impactaram negativamente a linha da equivalência, sendo parcialmente compensado pela conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU e Transmineiras no 2T19. A queda de 5,5% na comparação entre 2019 e 2018 é explicada pelos mesmos motivos acima.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.15. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 74,2 MM no 4T19, 79,1% maior em relação ao 4T18. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 73,6 MM, 77,5% maior na comparação anual.

No 2019 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 258,8 MM, apresentando um aumento anual de 22,5%. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 255,7 MM, 21,1% maior em relação ao 2018.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de "Arrendamento") e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir deste ano, o resultado financeiro IFRS apresentará diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de "Arrendamento".

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Receitas Financeiras	22,2	17,0	30,5%	96,9	62,9	54,1%
Renda de aplicação financeira	22,2	17,0	30,5%	96,9	62,9	54,1%
Despesas Financeiras	(96,4)	(58,4)	64,9%	(355,7)	(274,1)	29,8%
Juros incorridos	(61,9)	(44,6)	38,7%	(231,8)	(175,8)	31,9%
Variações monetárias e cambiais	(30,7)	(9,2)	232,0%	(106,9)	(96,5)	10,8%
Ajuste ao valor justo	0,0	0,0	184,5%	(0,0)	6,0	n/a
Arrendamento	(0,6)	-	0,0%	(3,1)	-	0,0%
Outras despesas/receitas financeiras	(3,2)	(4,6)	-29,3%	(14,0)	(7,7)	80,6%
Total IFRS	(74,2)	(41,4)	79,1%	(258,8)	(211,2)	22,5%

O aumento anual de 30,5% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão do maior volume médio de caixa aplicado em função das captações em 2019 (1ª e 2ª emissões de debêntures de Janaúba e 6ª e 7ª emissões de debêntures da Taesa), compensado em parte pela menor rentabilidade alcançada nas aplicações durante o 4T19. A variação de 54,1% entre 2019 e 2018 também é justificada pelos mesmos motivos mencionados anteriormente.

O aumento de 38,7% na comparação entre 4T19 e 4T18 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 6ª emissão de debêntures da Taesa em maio de 2019 no montante de R\$ 1.060 MM, da 1ª emissão de debêntures de Janaúba em fevereiro de 2019 no montante de R\$ 224 MM e da 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro no montante de R\$ 575 MM, apesar de um CDI menor entre os períodos comparados. A variação de 31,9% entre 2019 e 2018 também é justificada pelo mesmo motivo mencionado acima.

A aumento de R\$ 21,5 MM na linha de variações monetárias e cambiais, na comparação entre o 4T19 e o 4T18, ocorreu pelo maior volume de dívida em IPCA em decorrência da 2ª série da 6ª emissão e da 7ª emissão de debêntures da Taesa e da 1ª e 2ª emissões de debêntures de Janaúba, além do aumento do IPCA entre os períodos comparados (1,77% no 4T19 contra 0,39% no 4T18). Na comparação entre 2019 e 2018, o aumento de 10,8% ocorreu basicamente pelas mesmas razões apresentadas acima (IPCA 2019: 4,31% contra 2018: 3,75%).

As despesas de arrendamento (IFRS apenas) de R\$ 0,6 MM no 4T19 se referem às despesas de juros, que passam a ser reconhecidas no resultado sobre o passivo de arrendamento, que reflete os pagamentos de aluguel.

Já a redução de 29,3% entre os trimestres de 2019 e 2018 na linha de outras despesas/receitas financeiras é explicada, basicamente, pela redução das despesas de PIS/COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio recebidos das controladas. Já na comparação entre os anos de 2019 e 2018, o aumento de 80,6% foi em função às despesas relacionadas às emissões das debêntures de Janaúba e Taesa, como serviços de agentes fiduciários e bancos mandatários, e a maiores despesas com custódia de ações.

4.16. Impostos

A redução de 2,4% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado, entre 2019 e 2018, é explicada pela queda do lucro antes dos impostos e pelo aumento do benefício fiscal relacionado ao pagamento de JCP, que foi compensado em parte pela redução do benefício do lucro da exploração (SUDAM/SUDENE). É importante destacar que no 4T19 a Companhia registrou uma queda no lucro real, que é base para o reconhecimento do imposto corrente, em função principalmente do aumento das despesas financeiras. Com isso, o imposto corrente sofreu uma reversão parcial da provisão acumulada até o 3T19, acarretando também em uma reversão parcial do aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE acumulado nesse período.

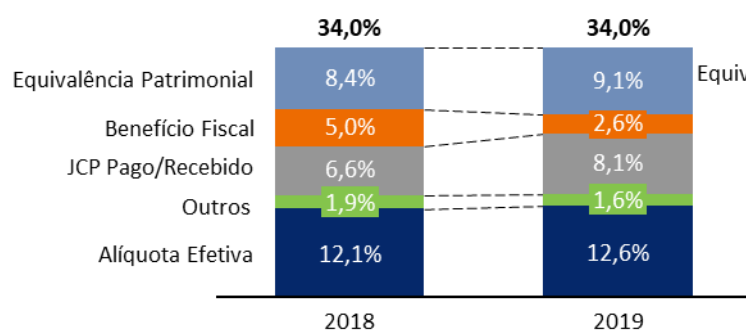
A linha de Outros é impactada pelo resultado das empresas com regime de lucro presumido. Portando, ela é diretamente proporcional ao desempenho destas empresas.

R\$ MM		IFRS				
Conciliação Imposto	4T19	4T18*	Var.%	2019	2018	Var.%
Lucro antes do Impostos	205,0	296,3	-30,8%	1.146,2	1.218,7	-5,9%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(69,7)	(100,8)	-30,8%	(389,7)	(414,3)	-5,9%
Equivalência Patrimonial	34,5	26,2	31,6%	104,2	102,4	1,7%
SUDAM/SUDENE	(31,2)	7,1	n/a	30,2	61,2	-50,6%
JCP Pago/Recebido	43,4	33,0	31,6%	93,2	80,0	16,5%
Outros	(4,5)	7,3	n/a	18,2	23,4	-22,0%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(27,5)	(27,1)	1,4%	(143,9)	(147,4)	-2,4%
Alíquota Efetiva	-13,4%	-9,2%	-4,3 pp	-12,6%	-12,1%	-0,5 pp

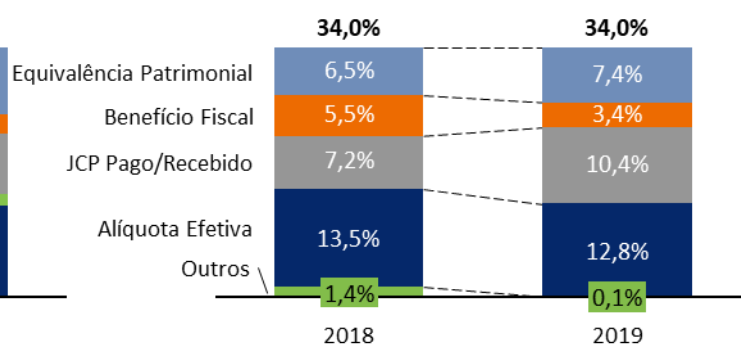
* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

R\$ MM		Regulatório				
Conciliação Imposto	4T19	4T18	Var.%	2019	2018	Var.%
Lucro antes do Impostos	185,0	225,4	-17,9%	899,6	1.113,5	-19,2%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(62,9)	(76,6)	-17,9%	(305,9)	(378,6)	-19,2%
Equivalência Patrimonial	17,0	18,9	-9,8%	66,9	71,9	-6,9%
SUDAM/SUDENE	(31,2)	7,1	n/a	30,2	61,2	-50,6%
JCP Pago/Recebido	43,4	33,0	31,6%	93,2	80,0	16,5%
Outros	13,4	14,4	-6,9%	0,5	15,7	-96,6%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(20,3)	(3,3)	512,6%	(115,0)	(149,8)	-23,3%
Alíquota Efetiva	-11,0%	-1,5%	-9,5 pp	-12,8%	-13,5%	0,7 pp

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

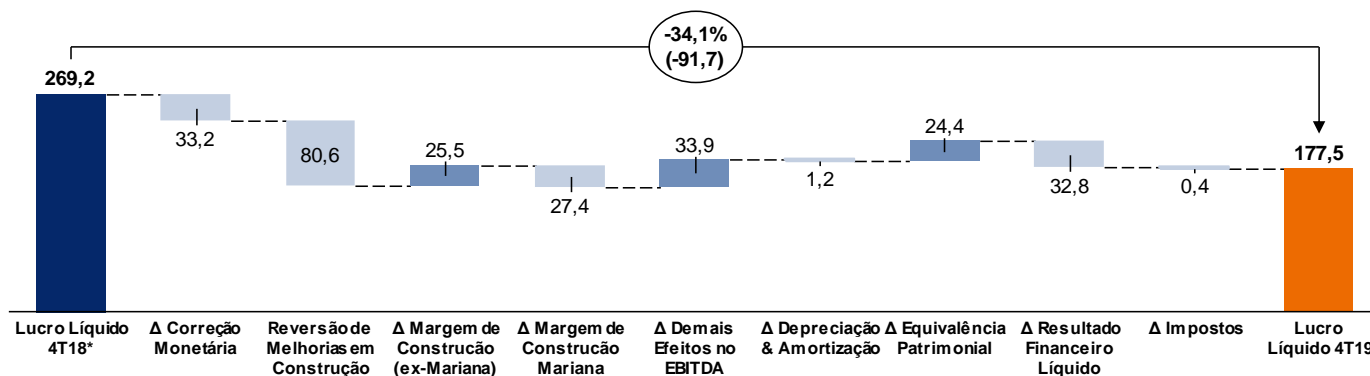
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo no 4T17, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

4.17. Lucro Líquido

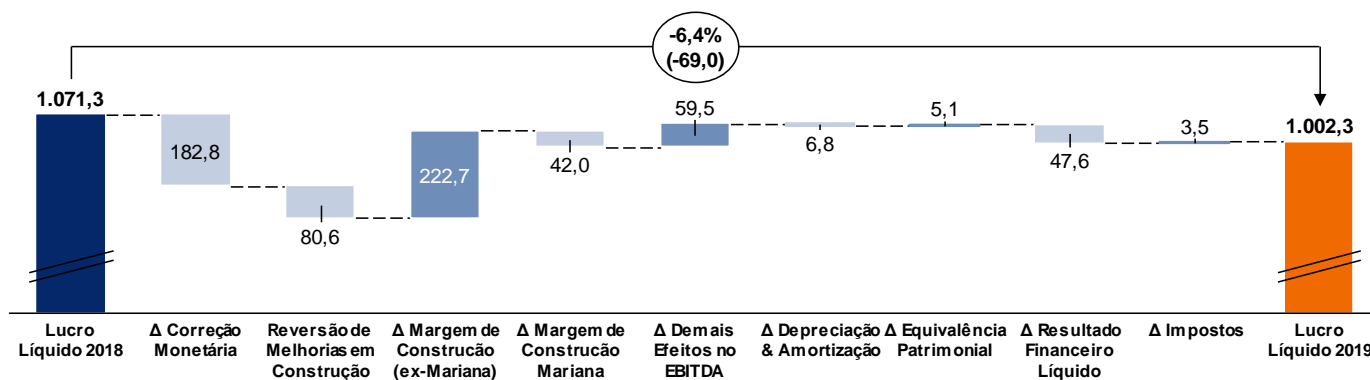
Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 177,5 MM no 4T19, 34,1% menor que o registrado no 4T18. No ano de 2019, o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 1.002,3 MM, 6,4% menor em relação a 2018.

Lucro Líquido IFRS – 4T19:



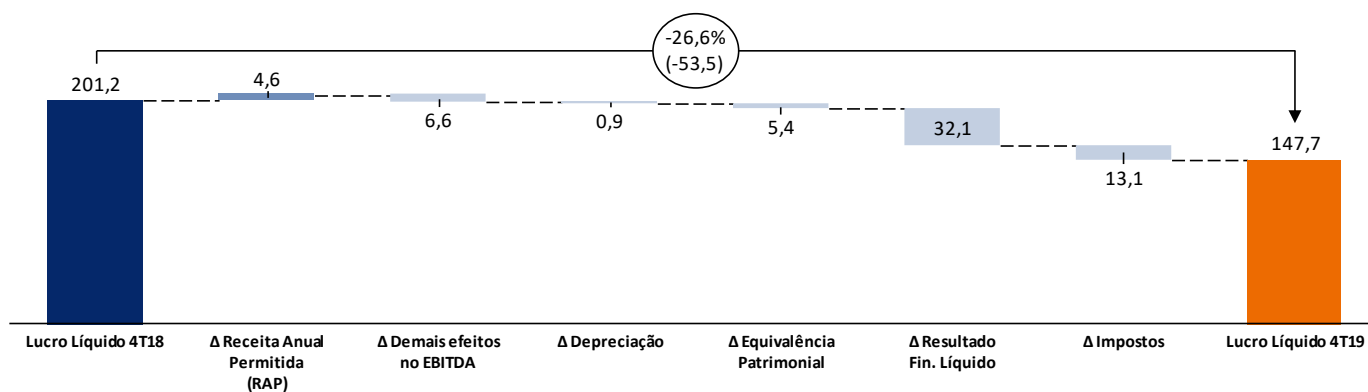
* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

Lucro Líquido IFRS – 2019:

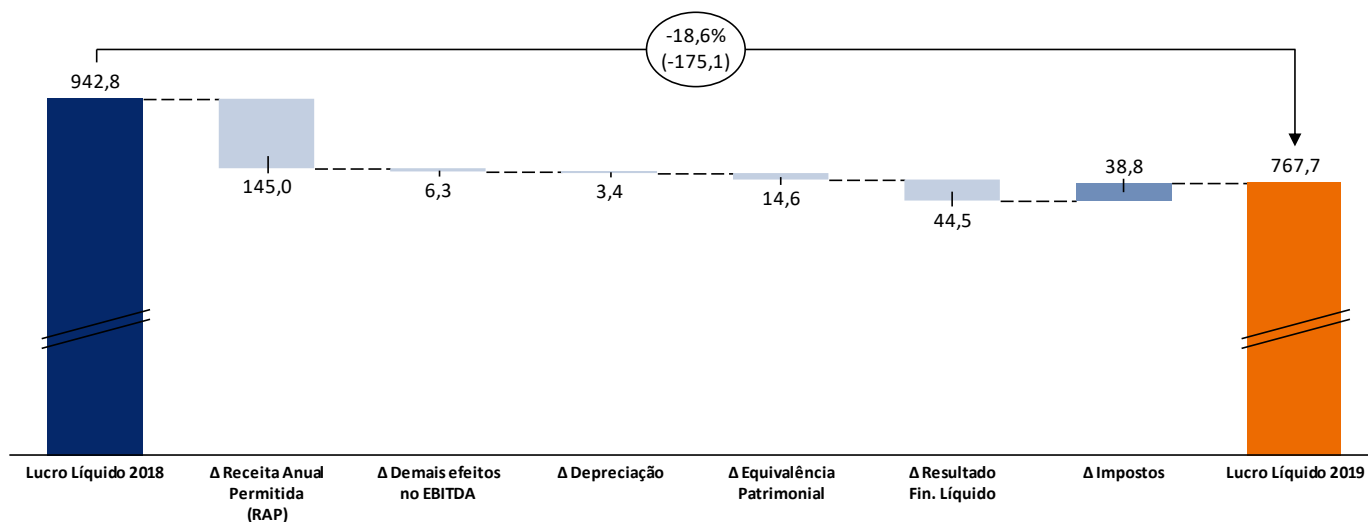


Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 147,7 MM no 4T19, uma redução de 26,6% na comparação anual. Já em 2019 o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 767,7 MM, 18,6% menor que 2018.

Lucro Líquido Regulatório – 4T19:



Lucro Líquido Regulatório – 2019:



A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia apresentará trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de construção. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia registrará uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

A partir da conclusão da aquisição pela Taesa da participação da Eletrobras na Brasnorte em 31 de maio de 2019, a Brasnorte deixa de ser uma coligada da Companhia e passa a ser sua controlada, com participação acionária total de 88,376%. Dessa forma, a Companhia iniciou a consolidação dos resultados da Brasnorte a partir desta data nas suas demonstrações de resultado, passando então a registrar a participação dos não-controladores da Brasnorte (11,624%) no lucro líquido da Taesa, valor este não distribuível aos acionistas da Companhia. Ainda em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A., passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte.

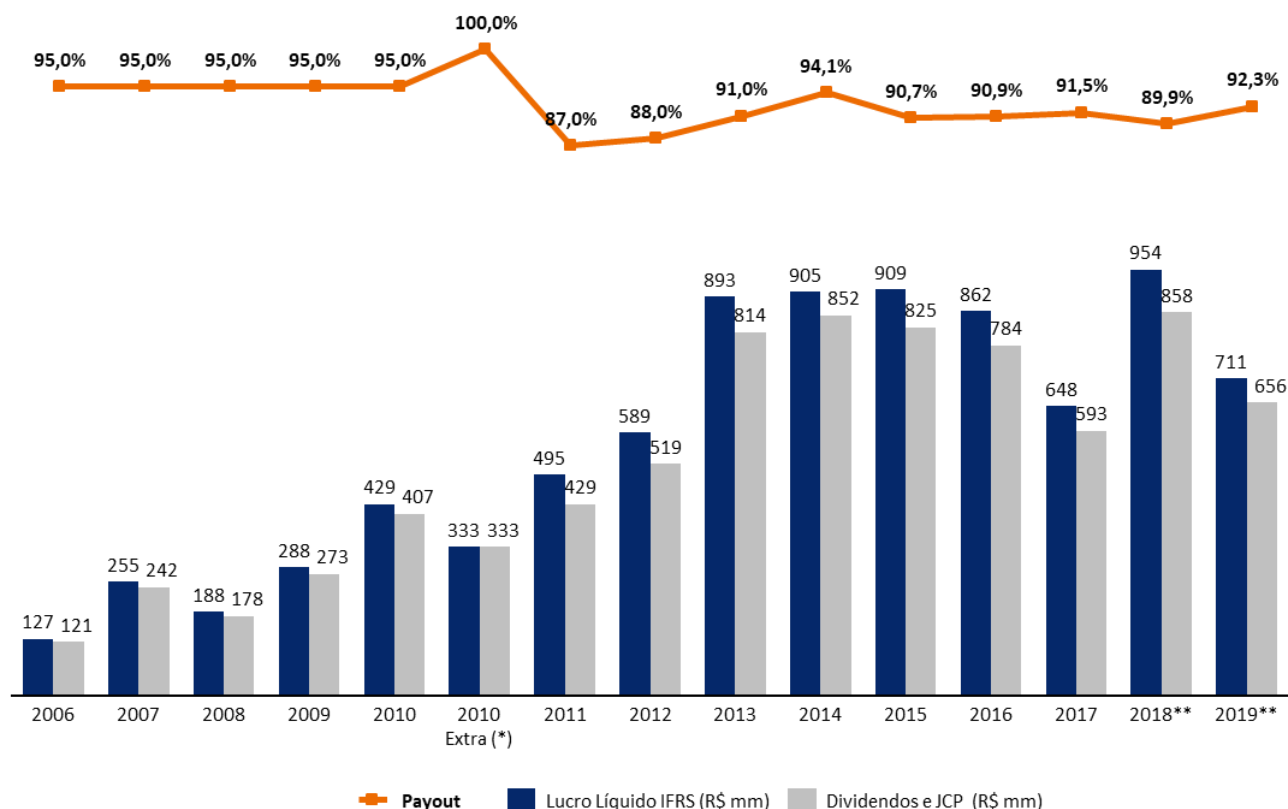
DRE IFRS - Consolidado - 2019

	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		607.244		607.244
Remuneração do ativo contratual de concessão		505.078	42.296	547.374
Correção monetária do ativo contratual de concessão		164.411		164.411
Construção e indenização		705.445	(345.583)	359.862
Outras receitas operacionais		15.556		15.556
Parcela variável		(15.278)		(15.278)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.982.457	(303.287)	1.679.170
PIS e COFINS		(111.278)	20.968	(90.310)
ISS		(176)		(176)
ICMS		(54)		(54)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(75.989)		(75.989)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(187.497)	20.968	(166.529)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.794.961	(282.320)	1.512.641
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				
Pessoal		(134.324)		(134.324)
Material		(477.663)	40.821	(436.842)
Serviços de terceiros		(61.580)		(61.580)
Depreciação e amortização		(13.201)		(13.201)
Outras despesas operacionais		(19.350)		(19.350)
Custos e despesas		(706.118)	40.821	(665.297)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		9.811		9.811
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.098.655	(241.499)	857.156
Resultado de equivalência patrimonial		306.337	(114.390)	191.947
Renda de aplicação financeira		96.939		96.939
Despesas financeiras		(355.734)		(355.734)
Resultado financeiro		(258.795)	-	(258.795)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.146.197	(355.889)	790.308
Imposto de Renda e Contribuição Social		(143.882)	64.565	(79.317)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.002.315	(291.324)	710.991
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		1.001.859	(291.324)	710.535
Participação dos acionistas não-controladores		456		456
Reserva legal 5%		(50.093)	14.566	(35.527)
Reserva de incentivo fiscal		(19.071)		(19.071)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47		(276.757)	276.757	-
Lucro distribuível		655.937		655.937
Payout		65,5%		92,3%

4.18. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2019, a Taesa pagou R\$ 651,3 MM (R\$ 1,89 / Unit) a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Este montante pode ser dividido em (i) dividendos de R\$ 57,2 MM (R\$ 0,17 / Unit) referentes ao resultado de 2018 aprovados na AGO/E do dia 29 de abril de 2019, (ii) dividendos intercalares no total de R\$ 320,1 MM (R\$ 0,93 / Unit) referentes ao resultado de 2019, e (iii) R\$ 274,1 MM (R\$ 0,80 / Unit) como juros sobre capital próprio também referentes ao resultado de 2019.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a proposta de destinação do resultado de 2019, no montante de R\$ 1.001,9 MM, já considerando a adoção do CPC 47 (impacto de R\$ 291,3 MM), cuja destinação é composta por: (i) Reserva Legal (5%): R\$ 50,1 MM (R\$ 14,6 MM – CPC 47); (ii) Reserva de Incentivo Fiscal: R\$ 19,1 MM, (iii) Reserva Especial (CPC 47): R\$ 276,8 MM. Visto que o efeito do CPC, acima mencionado, não tem impacto no caixa da Companhia, foi considerado para efeito do pagamento de dividendos o Lucro Líquido Ajustado de R\$ 711,0 MM. Desse montante, o valor de R\$ 655,9 MM será considerado para efeito de distribuição de dividendos e juros sobre capital, já tendo sido distribuídos R\$ 594,2 MM, conforme mencionado no parágrafo acima. O valor remanescente a ser distribuído é de R\$ 61,8 MM (R\$ 0,17928194772 / Unit) a título de dividendos adicionais propostos. A Taesa convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do ano e a distribuição de dividendos referente ao exercício social de 2019. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2019 será de R\$ 655,9 MM, representando um *dividend payout* de 92,3% sobre o lucro líquido ajustado e de 65,5% sobre o lucro líquido da Companhia (vide seção 4.17 sobre o Lucro Líquido).



*Reserva do IFRS

** Lucro Líquido Ajustado

4.19. Endividamento

No 4T19, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 5.265,0 MM, 12,6% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 2.424,4 MM, maior em 17,8% contra o 3T19, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.840,7 MM, registrando um crescimento de 8,5% no trimestre.

R\$ MM

Dívida Líquida	4T19	% Dív Bruta	3T19	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	734,5	14,0%	798,6	13,7%	-8,0%
Taxa Fixa	9,0	0,2%	9,0	0,3%	0,0%
CDI	296,9	5,6%	304,1	0,8%	-2,3%
IPCA	428,6	8,1%	485,6	12,6%	-11,7%
Longo Prazo	4.530,6	86,0%	3.877,3	86,3%	16,8%
Taxa Fixa	19,8	0,4%	22,1	0,7%	-10,1%
CDI	791,0	15,0%	791,2	17,9%	0,0%
IPCA	3.719,7	70,6%	3.064,0	67,7%	21,4%
Endividamento Total	5.265,0	100,0%	4.675,9	100,0%	12,6%
(-) Caixa e Aplicações *	(2.424,4)		(2.057,3)		17,8%
(=) Dívida Líquida	2.840,7		2.618,6		8,5%

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

No quarto trimestre de 2019 a dívida bruta totalizou R\$ 5.265,0 MM e o caixa R\$ 2.424,4 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.840,7 MM. A redução da dívida bruta em IPCA de curto prazo se deve ao pagamento de principal e juros da 2ª série (R\$ 429,2 MM) e de juros da 3ª série (R\$ 53,0 MM), ambos da 3ª emissão de debêntures da Taesa. Já o aumento da dívida bruta em IPCA de longo prazo é explicada pela captação da 7ª emissão de debêntures da Taesa em outubro de 2019 e da 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.

O aumento de 17,8% no Caixa e Aplicações é resultado da geração de caixa operacional no trimestre, da captação da 7ª emissão de debêntures da Taesa e da 2ª emissão de debêntures de Janaúba, parcialmente compensado pelo pagamento de proventos aos acionistas no valor de R\$ 249 MM e de principal e juros no valor de R\$ 475,2 MM.

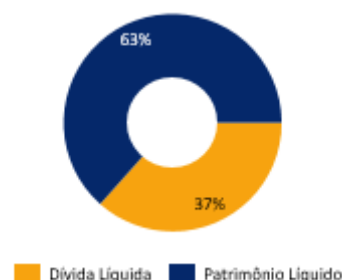
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 6.984,8 MM e o caixa de R\$ 3.598,2 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 768,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 296,4 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 13,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 7,3 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 66,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 26,4 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 781,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 843,7 MM. Lembrando que os valores de ETAU e Transmineiras contemplam a participação adquirida no Leilão Eletrobras nº 01/2018, conforme mencionado na seção 3.1.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 2,2x no 4T19, acima ao registrado no 3T19 (2,0x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 2,5x no 4T19 contra 2,3x do 3T19.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	5.265,0	2.424,4	2.840,7
ETAU (75,6%)	13,2	7,3	5,9
TBE (49,99%)	768,5	296,4	472,1
Transmineiras (49%)	66,6	26,4	40,2
AIE (50%)	781,5	843,7	-62,2
TOTAL	6.894,8	3.598,2	3.296,6

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Princípal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	395.666	3.935	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	1.049.957	11.051	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	286.820	4.413	105% do CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	272.850	3.529	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	538.198	15.211	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	439.472	5.034	108% do CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	200.536	1.350	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	481.863	4.050	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	SWAP - CITIBANK*	CDI	352.247	0	106.0% CDI	-	Set/2019	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	101.282	0	3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	100.749	0	3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	50.404	0	0,087	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	50.540	0	TJLP + 4,2%	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	50.205	0	3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	50.198	0	3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	235	1	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	7.615	8	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	13.325	16	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	251	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	7.339	8	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	224.592	0	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	541.438	648	4,8295%.a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
ETAU	BNDES	Selic	2.232	3	SELIC + 3.76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	2.318	10	TJLP + 5.20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	62	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	734	3	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	7.768	81	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	4ª Debêntures	CDI	14.023	102	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 1ª	CDI	0	0	113% CDI	-	Set/2019	Mensal	12
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.977	88	116% CDI	-	Set/2021	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	20.932	12	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	32.327	19	113.53 % CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.619	3.341	108,60% CDI	-	Jul - 2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	57.143	32,94	113,83% CDI	-	Nov - 2019	Monthly	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.618	6.266	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	3ª Debêntures	CDI	379	4	CDI + 2,15%	-	Mai/2020	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	14.283	8	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.504	236	108,60% CDI	-	Jul - 2024	Semiannual	2
ENTE	2ª Debêntures	CDI	21.875	159	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	0	0	113% CDI	-	Set/2019	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 2ª	CDI	5.990	20	116% CDI	-	Set/2021	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	24.882	619	108,60% CDI	-	Jul/24	Bullet	1
ETEP	2ª Debêntures	CDI	6.085	44	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures	CDI	19.208	11	113,22% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	5.519	18	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	3.318	5	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	207.367	434	4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	6.231	33	10% a.a.	-	Jan/2017	Semestral	2
	BNB	pré-fix	1.925	10	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	4.824	35	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	14.631	8	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	38	0	4,50%	-	Jul/2020	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	4.767	7	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	973	30	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	2.045	70	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	13.044	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.505	47	6,0% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	16.403	9	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debênture	IPCA	781.161	320	4,8892% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			6.833.491	61.344					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.20. Investimentos

Em 2019, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 718,3 MM contra R\$ 208,7 MM investidos em 2018, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 509,6 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em todos os projetos (exceto Miracema), com destaque para EDTE, Paraguaçu, Aimorés e Janaúba, que registraram em conjunto um aumento de R\$ 414,3 MM entre 2019 e 2018.

Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Construção (Capex)						TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	144.537
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	157.005
Aimorés				3.923	3.638	65.877	73.438
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	121.209
Ivaí				8.662	12.740	46.190	67.592
ESTE				868	4.546	6.243	11.657
EDTE					14.635	175.155	189.789
Sant'Ana						32.172	32.172
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.065.965

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de construção em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia. O ajuste na linha de custos de construção gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.21. Projeções de Capex

Em 2019, a Taesa iniciou a divulgação das projeções de Capex nominal para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 e de incremento de Receita Anual Permitida para os anos de 2020, 2021 e 2022 dos empreendimentos em construção 100% controlados pela Companhia (Mariana, Miracema, Janaúba e Sant'Ana), em linha com as melhores práticas de governança corporativa e com o intuito de alinhar o mercado em relação às expectativas sobre a evolução dos empreendimentos em construção.

A Companhia informa que o Capex nominal total desses empreendimentos em 2019 foi de R\$ 314,0 MM, ficando 23,4% menor que a projeção mínima divulgada. Essa variação é explicada, basicamente, por: (i) Janaúba: postergação para 2020 do pagamento de parte de cabos condutores e retenção integral de pagamentos referente a serviços realizados em 2019 devido a pendências técnicas; (ii) Mariana: redução das atividades em Mariana em consequência das fortes chuvas no Estado de Minas Gerais; (iii) Sant'Ana: postergação do pagamento das indenizações fundiárias; e (iv) Miracema: economia de Capex. É importante ressaltar que esses fatores não comprometem a conclusão prevista para os empreendimentos de Janaúba e Sant'Ana. No que tange à Mariana, o prazo específico da construção previsto no cronograma do contrato de concessão será respeitado.

Projeção 2019 (R\$ MM)	Realizado 2019 (R\$ MM)
Máx. 450 Mín. 410	314

Com base nisso, a Companhia revisou suas projeções de Capex nominal dos empreendimentos em construção 100% controlados pela Taesa referente a 2020, uma vez que o investimentos não realizados em 2019 foram transferidos para o ano corrente. É importante ressaltar que as projeções de Capex nominal dos anos de 2021 e 2022 permanecem inalteradas.

Projeção anterior do Capex nominal (em R\$ milhões):

2019	2020	2021	2022
Máx. 450 Mín. 410	Máx. 1.020 Mín. 940	Máx. 340 Mín. 310	Máx. 20 Mín. 15

Projeção atualizada do Capex nominal (em R\$ milhões):

2019 (Realizado)	2020	2021	2022
R\$ 314 MM	Máx. 1.130 Mín. 1.040	Máx. 340 Mín. 310	Máx. 20 Mín. 15

Vale salientar que a projeções referentes ao Incremento da Receita Anual Permitida (RAP) após a entrada em operação de cada um dos Empreendimentos 100% controlados pela Taesa passam a ser as seguintes:

2020	2021	2022	TOTAL
78	186	107	372

Os valores projetados nessa tabela consideram o ciclo da RAP atual (2019-2020) e são apresentados em termos reais (não reajustado pela inflação).

É importante ressaltar que as projeções ora apresentadas refletem apenas estimativas ou expectativas atuais da administração da Companhia, sujeitas a riscos e incertezas, não constituindo de forma alguma promessa de desempenho. As informações sobre as perspectivas dos negócios, projeções e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração em relação ao futuro da Companhia e de suas subsidiárias. Estas expectativas dependem das condições do mercado, do desempenho e capacidade de execução dos EPCistas, e do cenário econômico brasileiro. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

4.22. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 7 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.951 MM e uma RAP de R\$ 874 MM (ciclo 2019-2020). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.314 MM com uma RAP proporcional de R\$ 572 MM. Vale destacar que 2 empreendimentos, Miracema e EDTE, e relevantes reforços da Novatrans foram concluídos recentemente, passando a adicionar para Taesa uma RAP total de R\$ 137,7 MM – ciclo 2019-2020 (vide seção 3.1 para maiores detalhes).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2019-20) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	85 km / Minas Gerais	100% Taesa	15.4	107	mai/14	Abr/20*
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	65.0	276	jun/16	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	69.2	368	dez/16	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	112.2	486	fev/17	fev/22
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	194.1	960	fev/17	fev/22
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	79.4	341	fev/17	fev/22
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	118.5	510	fev/17	fev/22
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Ex-ERB1) (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	294.0	1,937	ago/17	ago/22
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	60.7	610	mar/19	mar/23
TOTAL		2.858 km		R\$ 1.008 MM	R\$ 5.595 MM		

* Prazo previsto pela Companhia

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Avanço físico em 89%.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização prevista para abril de 2020.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Avanço físico em 100%.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 07 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.

- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Avanço físico em 100%.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 5%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implantação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 28%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 62%.

Paraquacu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 65%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.

- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranaíba Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranaíba Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíba de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 28%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Construção** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM					4T19
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Construção	O&M	PV
NVT	37,0	7,5	43,3	31,3	(1,0)
TSN	14,8	4,1	(41,5)	58,6	(1,0)
MUNIRAH	1,6	0,3	(0,5)	3,9	-
GTESA	0,6	0,2	(0,7)	0,4	-
PATESA	1,9	0,8	(0,2)	1,3	-
ETEO	8,7	3,0	(2,0)	11,9	-
NTE	10,3	2,5	(7,1)	9,7	(1,0)
STE	6,2	2,1	0,7	4,2	-
ATE	12,9	4,3	0,4	7,4	-
ATE II	17,6	6,6	(20,1)	16,7	-
ATE III	8,8	2,5	(4,6)	11,2	(4,0)
SÃO GOTARDO	0,8	0,4	-	0,2	-
MARIANA	-	-	0,1	-	-
MIRACEMA	0,2	-	31,1	-	-
JANAÚBA	-	-	129,9	-	-
SANT'ANA	-	-	21,6	-	-
ETAU	1,7	(5,3)	(0,1)	2,6	(0,1)
BRASNORTE	5,6	1,1	-	0,6	-
AIMORÉS	-	-	27,2	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	111,9	-	-
IVAÍ	-	-	47,1	-	-
EATE	13,6	7,5	-	5,3	(0,1)
EBTE	4,1	1,9	-	2,2	0,0
ECTE	1,1	0,6	-	0,4	-
EDTE	4,7	-	52,2	-	-
ENTE	7,7	4,4	-	2,7	(0,5)
ERTE	1,8	1,2	-	1,0	-
ESDE	1,0	0,3	-	0,3	(0,1)
ESTE	-	-	5,2	-	-
ETEP	2,8	1,6	-	1,7	(0,1)
ETSE	0,6	0,2	-	0,1	-
LUMITRANS	0,8	0,5	-	0,4	(0,0)
STC	1,0	0,4	-	0,7	(0,0)
TRANSIRAPE	1,5	0,7	-	0,5	-
TRANSLESTE	-	0,3	-	0,4	-
TRANSUDESTE	1,3	0,6	-	0,4	-
Total	170,9	50,3	393,8	176,1	(7,8)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM								
Concessão	Taxa Anual	Ativo Contratual 3T19	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Construção	O&M	RAP	Ativo Contratual 4T19
NOVATRANS	17,1%	1.143,7	37,0	7,5	43,3	31,3	(75,8)	1.187,0
TSN	10,2%	634,6	14,8	4,1	(41,5)	58,6	(76,3)	594,4
MUNIRAH	12,4%	57,0	1,6	0,3	(0,5)	3,9	(10,2)	52,1
GTESA	11,0%	24,4	0,6	0,2	(0,7)	0,4	(1,2)	23,7
PATESA	7,8%	105,3	1,9	0,8	(0,2)	1,3	(4,5)	104,6
ETEO	10,4%	352,2	8,7	3,0	(2,0)	11,9	(24,7)	349,0
NTE	14,7%	302,7	10,3	2,5	(7,1)	9,7	(21,6)	296,6
STE	10,4%	250,8	6,2	2,1	0,7	4,2	(12,2)	251,8
ATE	9,6%	569,0	12,9	4,3	0,4	7,4	(41,8)	552,2
ATE II	8,4%	886,0	17,6	6,6	(20,1)	16,7	(64,7)	842,1
ATE III ¹	6,7%	548,5	8,8	2,5	(4,6)	11,2	(34,7)	531,8
ETAU	3,5%	89,4	1,7	(5,3)	(0,1)	2,6	(9,7)	78,6
BRASNORTE	7,1%	209,3	5,6	1,1	-	0,6	(6,9)	209,8
SÃO GOTARDO	5,0%	65,7	0,8	0,4	-	0,2	(1,2)	66,0
MARIANA ¹²	4,6%	185,7	-	-	0,1	-	-	185,7
MIRACEMA ¹²	10,3%	481,9	0,2	-	31,1	-	-	513,3
JANAÚBA ¹²	8,3%	173,0	-	-	129,9	-	-	302,9
SANT'ANNA ¹²	8,0%	13,2	-	-	21,6	-	-	34,9
AIMORÉS ¹²	8,3%	69,9	-	-	62,2	-	-	132,1
PARAGUAÇU ¹²	8,8%	100,5	-	-	111,9	-	-	212,4
IVAI ¹²	9,3%	76,9	-	-	47,1	-	-	124,0
EATE	6,6%	853,9	13,6	7,5	-	5,3	(30,6)	849,8
EBTE	4,4%	374,9	4,1	1,9	-	2,2	(8,8)	374,2
ECTE	6,1%	72,6	1,1	0,6	-	0,4	(2,5)	72,2
EDTE ¹²	10,3%	216,3	4,7	-	52,2	-	-	273,2
ENTE	5,9%	530,9	7,7	4,4	-	2,7	(25,5)	520,1
ERTE	5,3%	135,5	1,8	1,2	-	1,0	(4,9)	134,5
ESDE ¹	6,6%	63,4	1,0	0,3	-	0,3	(1,7)	63,4
ESTE ¹²	17,2%	15,7	-	-	5,2	-	-	20,9
ETEP	6,4%	183,2	2,8	1,6	-	1,7	(6,9)	182,4
ETSE	5,6%	45,7	0,6	0,2	-	0,1	(1,0)	45,7
LUMITRANS	5,1%	68,5	0,8	0,5	-	0,4	(3,0)	67,2
STC ¹	4,9%	83,4	1,0	0,4	-	0,7	(3,6)	81,9
TRANSIRAPE	9,6%	84,0	1,5	0,7	-	0,5	(3,5)	83,3
TRANSLESTE	9,6%	88,8	2,2	0,7	-	0,4	(5,6)	86,5
TRANSUDESTE	9,6%	67,5	1,3	0,6	-	0,4	(3,5)	66,3
Total		9.313,9	173,1	50,7	428,9	176,1	(486,4)	9.566,6

5.3. DRE 4T19

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		4T19	4T18*	Var	4T19	4T18	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	(0)	(0)		384.008	379.407	1,2%
Operação e manutenção	157.636	145.918	8,0%		-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	127.131	125.276	1,5%		-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	35.499	68.745	-48,4%		-	-	0,0%
Construção e indenização	150.371	231.255	-35,0%		-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	7.794	(19.619)	-		250	697	-64,1%
Parcela variável	(6.988)	(7.434)	-6,0%		(6.988)	(7.434)	-6,0%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	471.444	544.141	-13,4%		377.270	372.669	1,2%
PIS e COFINS	(26.384)	(28.468)	-7,3%		(20.212)	(20.808)	-2,9%
ISS	(45)	(72)	-37,5%		(45)	(71)	-37,4%
ICMS	(8)	-	0,0%		(8)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.542)	(19.831)	-11,5%		(17.542)	(19.831)	-11,5%
Deduções da receita operacional bruta	(43.979)	(48.371)	-9,1%		(37.807)	(40.710)	-7,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	427.464	495.770	-13,8%		339.463	331.959	2,3%
Pessoal	(36.230)	(31.339)	15,6%		(36.230)	(31.339)	15,6%
Material	(183.129)	(162.291)	12,8%		(917)	(634)	44,7%
Serviços de terceiros	(20.581)	(19.323)	6,5%		(20.581)	(19.322)	6,5%
Outras despesas operacionais	(6.989)	(20.470)	-65,9%		(23.534)	(20.472)	15,0%
Custos e Despesas	(246.930)	(233.424)	5,8%		(81.263)	(71.767)	13,2%
Depreciação e amortização	(2.826)	(1.659)	70,4%		(49.738)	(48.882)	1,7%
Custos, Despesas e D&A	(249.756)	(235.083)	6,2%		(131.000)	(120.649)	8,6%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	177.709	260.687	-31,8%		208.463	211.310	-1,3%
Resultado de equivalência patrimonial	101.495	77.100	31,6%		50.144	55.565	-9,8%
Renda de aplicação financeira	22.180	16.990	30,5%		22.180	16.990	30,5%
Despesas financeiras	(96.393)	(58.438)	64,9%		(95.768)	(58.438)	63,9%
Empréstimos e financiamentos	9.950	(18.669)	-		9.950	(18.669)	-
- Juros incorridos	(3.086)	(3.360)	-8,1%		(3.086)	(3.360)	-8,1%
- Variações monetárias	-	-	0,0%		-	-	0,0%
- Variação cambial	12.620	13.251	-4,8%		12.620	13.251	-4,8%
- Ajuste ao valor justo	416	(28.559)	-		416	(28.559)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(11.083)	12.681	-		(11.083)	12.681	-
- Juros incorridos	(282)	(2.628)	-89,3%		(282)	(2.628)	-89,3%
- Variação cambial	(12.620)	(13.251)	-4,8%		(12.620)	(13.251)	-4,8%
- Ajuste ao valor justo	5.072	28.559	-82,2%		5.072	28.559	-82,2%
Debêntures	(91.387)	(47.859)	90,9%		(91.387)	(47.859)	90,9%
- Juros incorridos	(58.485)	(38.621)	51,4%		(58.485)	(38.621)	51,4%
- Variações monetárias	(27.414)	(9.238)	196,8%		(27.414)	(9.238)	196,8%
Despesa Financeira – Arrendamento	(625)	-	0,0%		-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(3.248)	(4.591)	-29,3%		(3.248)	(4.591)	-29,3%
Resultado financeiro	(74.213)	(41.448)	79,1%		(73.588)	(41.448)	77,5%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	204.990	296.339	-30,8%		185.019	225.427	-17,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.520)	(27.149)	1,4%		(37.273)	(24.211)	53,9%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	177.470	269.190	-34,1%		147.746	201.216	-26,6%
EBITDA	180.535	262.346	-31,2%		258.201	260.192	-0,8%
Margem EBITDA	42,2%	52,9%	-10,7 pp		76,1%	78,4%	-2,3 pp

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

5.4. DRE 2019

DRE

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	2019	2018	Var	2019	2018	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		(0)	(0)	(0)	1.565.807	1.710.779	-8,5%
Operação e manutenção		607.244	573.088	6,0%	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão		505.078	507.547	-0,5%	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		164.411	347.204	-52,6%	-	-	0,0%
Construção e indenização		705.445	415.403	69,8%	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais		15.556	(14.685)	-	1.212	2.054	-41,0%
Parcela variável		(15.278)	(20.264)	-24,6%	(15.278)	(20.264)	-24,6%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.982.456	1.808.293	9,6%	1.551.742	1.692.569	-8,3%
PIS e COFINS		(111.278)	(92.765)	20,0%	(81.319)	(85.620)	-5,0%
ISS		(176)	(205)	-13,8%	(176)	(205)	-13,8%
ICMS		(54)	-	0,0%	(54)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(75.989)	(80.085)	-5,1%	(75.989)	(80.085)	-5,1%
Deduções da receita operacional bruta		(187.497)	(173.055)	8,3%	(157.538)	(165.909)	-5,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.794.959	1.635.238	9,8%	1.394.204	1.526.660	-8,7%
Pessoal		(134.324)	(123.552)	8,7%	(134.324)	(123.552)	8,7%
Material		(477.662)	(281.116)	69,9%	(2.448)	(2.551)	-4,0%
Serviços de terceiros		(61.580)	(57.607)	6,9%	(61.580)	(57.607)	6,9%
Outras despesas operacionais		(19.346)	(37.963)	-49,0%	(42.166)	(37.963)	11,1%
Custos e Despesas		(692.912)	(500.239)	38,5%	(240.519)	(221.674)	8,5%
Depreciação e amortização		(13.201)	(6.400)	106,3%	(195.210)	(191.785)	1,8%
Custos, Despesas e D&A		(706.113)	(506.639)	39,4%	(435.728)	(413.459)	5,4%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		9.811	-	0,0%	-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.098.656	1.128.599	-2,7%	958.476	1.113.201	-13,9%
Resultado de equivalência patrimonial		306.338	301.256	1,7%	196.848	211.464	-6,9%
Renda de aplicação financeira		96.939	62.913	54,1%	96.939	62.913	54,1%
Despesas financeiras		(355.734)	(274.100)	29,8%	(352.664)	(274.100)	28,7%
Empréstimos e financiamentos		(28.543)	(58.702)	-51,4%	(28.543)	(58.702)	-51,4%
- Juros incorridos		(14.830)	(14.424)	2,8%	(14.830)	(14.424)	2,8%
- Variações monetárias		-	(0)	-100,0%	-	(0)	-100,0%
- Variação cambial		(15.370)	(54.853)	-72,0%	(15.370)	(54.853)	-72,0%
- Ajuste ao valor justo		1.657	10.575	-84,3%	1.657	10.575	-84,3%
Instrumentos financeiros derivativos		5.539	39.522	-86,0%	5.539	39.522	-86,0%
- Juros incorridos		(6.571)	(10.717)	-38,7%	(6.571)	(10.717)	-38,7%
- Variação cambial		15.370	54.853	-72,0%	15.370	54.853	-72,0%
- Ajuste ao valor justo		649	(4.614)	-	649	(4.614)	-
Debêntures		(315.709)	(247.197)	27,7%	(315.708)	(247.197)	27,7%
- Juros incorridos		(210.389)	(150.656)	39,6%	(210.387)	(150.656)	39,6%
- Variações monetárias		(103.014)	(96.541)	6,7%	(103.014)	(96.541)	6,7%
Despesa Financeira – Arrendamento		(3.069)	-	0,0%	-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(13.953)	(7.723)	80,7%	(13.952)	(7.723)	80,6%
Resultado financeiro		(258.797)	(211.187)	22,5%	(255.725)	(211.187)	21,1%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.146.196	1.218.668	-5,9%	899.600	1.113.478	-19,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(143.882)	(147.363)	-2,4%	(131.896)	(170.686)	-22,7%
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.002.315	1.071.305	-6,4%	767.704	942.792	-18,6%
Participação dos acionistas não-controladores		456	-	0,0%	-	-	0,0%
EBITDA		1.111.858	1.134.999	-2,0%	1.153.686	1.304.986	-11,6%
Margem EBITDA		61,9%	69,4%	-7,5 pp	82,7%	85,5%	-2,7 pp

5.5. DRE IFRS 4T19 (Subsidiárias)

DRE IFRS

	R\$ mil	TAESA	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	(0)	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	157.636	2.556	14.825	-	-	-	-	1.249
Remuneração do ativo contratual de concessão	127.131	1.665	39.811	-	-	-	-	5.046
Correção monetária do ativo contratual de concessão	35.499	(5.267)	18.619	-	-	-	-	1.935
Construção e indenização	150.371	(91)	57.077	64.764	115.547	33.809	-	-
Outras receitas operacionais	7.794	1.204	2.442	-	-	-	-	1.147
Parcela variável	(6.988)	(117)	(189)	-	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	471.444	(49)	132.585	64.764	115.547	33.809	9.377	
PIS e COFINS	(26.384)	327	(8.809)	(5.991)	(10.688)	(3.127)	-	471
ISS	(45)	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	(8)	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.542)	(412)	(3.561)	-	-	-	-	(527)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(43.979)	(85)	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	427.464	(134)	120.216	58.773	104.859	30.682	9.321	
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal	(36.230)	(17)	(4.195)	(218)	(276)	(249)	-	(448)
Material	(183.129)	(507)	(50.763)	(34.723)	(64.099)	(20.202)	-	(21)
Serviços de terceiros	(20.581)	(2.173)	(4.122)	(63)	(79)	(65)	-	(728)
Depreciação e amortização	(2.826)	(0)	(196)	(12)	(15)	(13)	-	(5)
Outras despesas operacionais	(6.989)	39	(2.213)	(2)	(0)	(0)	-	(146)
Custos e despesas	(246.930)	(2.658)	(61.292)	(35.005)	(64.454)	(20.516)	(1.342)	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	177.709	(2.793)	58.728	23.756	40.389	10.153	7.973	
Resultado de equivalência patrimonial	101.495	-	809	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	22.180	110	2.001	93	83	335	-	215
Despesas financeiras	(96.393)	(401)	(9.707)	(18)	(5)	(1.194)	-	(1.107)
Empréstimos e financiamentos	9.950	(281)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(3.086)	(251)	(5.779)	-	-	-	-	(1.073)
- Variações monetárias	(27.414)	(30)	(169)	-	-	-	-	(20)
- Variação cambial	0	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	5.488	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(11.083)	-	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(58.768)	-	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	0	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	5.488	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(91.387)	(77)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(58.768)	-	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	(27.414)	-	-	-	-	-	-	(20)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(3.248)	(43)	(3.759)	(18)	(5)	(1.194)	-	(13)
Resultado financeiro	(74.213)	(291)	(7.706)	75	78	(859)	-	(891)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	204.990	(3.084)	51.830	23.830	40.467	9.294	7.082	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.520)	1.052	(4.277)	(8.174)	(13.860)	(3.560)	1.783	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	177.470	(2.032)	47.553	15.656	26.608	5.733	8.865	
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	180.535	(2.793)	58.923	23.768	40.404	10.166	7.978	
Margem EBITDA	42,2%	-	49,0%	40,4%	38,5%	33,1%	85,6%	

5.6. DRE IFRS 2019 (Subsidiárias)

DRE IFRS	R\$ mil	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA									
Disponibilização do sistema de transmissão		(0)	(0)		-	-	-	-	-
Operação e manutenção		607.244	8.909	3.031	57.691	-	-	-	3.853
Remuneração do ativo contratual de concessão		505.078	4.869	378	155.370	-	-	-	14.859
Correção monetária do ativo contratual de concessão		164.411	3.375	2.209	48.599	-	-	-	6.119
Construção e indenização		705.445	(91)		250.333	113.071	192.783	75.978	-
Outras receitas operacionais		15.556	3.806	411	7.578	-	-	-	3.277
Parcela variável		(15.278)	(224)		(2.060)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.982.457	20.644	6.029	517.511	113.071	192.783	75.978	28.109
PIS e COFINS		(111.278)	(834)	(652)	(33.829)	(10.931)	(17.924)	(7.017)	(264)
ISS		(176)	-	(193)	-	-	-	-	-
ICMS		(54)	-		-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(75.989)	(1.404)		(14.365)	-	-	-	(1.662)
Outras deduções		-	-		-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(187.497)	(2.238)	(845)	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.794.961	18.405	5.184	469.317	102.140	174.859	68.961	26.182
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS									
Pessoal		(134.324)	(84)	(445)	(18.739)	(575)	(757)	(703)	(1.337)
Material		(477.663)	(531)	(83)	(185.696)	(65.877)	(110.863)	(46.192)	(43)
Serviços de terceiros		(61.580)	(4.845)	(343)	(13.839)	(247)	(379)	(273)	(2.241)
Depreciação e amortização		(13.201)	(1)	(3)	(731)	(48)	(60)	(51)	(24)
Outras despesas operacionais		(19.350)	47	(30)	(5.010)	(11)	(14)	(13)	(416)
Custos e despesas		(692.917)	(5.412)	(901)	(223.283)	(66.711)	(112.012)	(47.181)	(4.037)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		9.811		4.280	-	-	-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.088.843	12.993	4.280	245.303	35.381	62.787	21.728	22.121
Resultado de equivalência patrimonial		306.337			2.630	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		96.939	392	134	7.760	240	312	795	1.066
Despesas financeiras		(355.734)	(1.947)	(3)	(33.446)	(29)	(19)	(1.207)	(4.271)
Empréstimos e financiamentos		(28.543)	(1.233)		-	-	-	-	-
- Juros incorridos		(14.830)	(1.074)		(26.066)	-	-	-	(4.005)
- Variações monetárias		(103.014)	(159)		(1.651)	-	-	-	(231)
- Variação cambial		0	-		-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo		2.306	-		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		5.539	-		-	-	-	-	-
- Juros incorridos		(216.958)	-		-	-	-	-	-
- Variação cambial		0	-		-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo		2.306	-		-	-	-	-	-
Debêntures		(315.708)	(412)		-	-	-	-	-
- Juros incorridos		(216.958)	(412)		-	-	-	-	-
- Variações monetárias		(103.014)	-		-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento		(3.070)	-	(1)	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(13.952)	(302)	(2)	(5.730)	(29)	(19)	(1.207)	(35)
Resultado financeiro		(258.795)	(1.555)	130	(25.686)	211	294	(412)	(3.205)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.146.197	11.438	4.410	222.247	35.592	63.080	21.316	18.916
Imposto de Renda e Contribuição Social		(143.882)	(3.876)	(1.158)	(21.619)	(14.057)	(22.096)	(7.696)	734
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.002.315	7.562	3.252	200.627	21.535	40.984	13.620	19.650
Participação dos acionistas não-controladores		456	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA		1.111.855	12.993	4.283	246.034	35.429	62.846	21.780	22.146
Margem EBITDA		61,9%	70,6%	82,6%	52,4%	34,7%	35,9%	31,6%	84,6%

5.7. DRE Regulatório 4T19 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

	TAESA	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	384.008	9.693	91.083	-	-	-	13.694
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Construção e indenização	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	250	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(6.988)	(117)	(189)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	377.270	9.577	90.894	-	-	-	13.694
PIS e COFINS	(20.212)	(386)	(3.917)	-	-	-	(498)
ISS	(45)	-	-	-	-	-	-
ICMS	(8)	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.542)	(412)	(3.561)	-	-	-	(527)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(37.807)	(798)	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	339.463	8.779	83.416	-	-	-	12.670
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(36.230)	(17)	(4.195)	(218)	(276)	(249)	(448)
Material	(917)	(3)	(97)	-	(0)	(1)	(12)
Serviços de terceiros	(20.581)	(2.173)	(4.122)	(70)	(87)	(72)	(728)
Depreciação e amortização	(49.738)	(869)	(10.062)	(6)	(9)	(6)	(1.253)
Outras despesas operacionais	(23.534)	39	(2.213)	(2)	(0)	(0)	(146)
Custos e despesas	(81.263)	(2.154)	(10.627)	(290)	(363)	(322)	(1.333)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	208.463	5.755	62.728	(295)	(372)	(328)	10.083
Resultado de equivalência patrimonial	50.144	-	917	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	22.180	110	1.942	93	118	335	215
Despesas financeiras	(95.768)	(401)	(9.716)	(18)	(39)	(1.193)	(1.107)
Empréstimos e financiamentos	9.950	(281)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(3.086)	(251)	(5.779)	-	-	-	(1.073)
- Variações monetárias	(27.414)	(30)	(169)	-	-	-	(20)
- Variação cambial	0	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	5.488	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(11.083)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(58.768)	(77)	-	-	-	-	-
- Variação cambial	0	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	5.488	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(91.387)	(77)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(58.768)	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	(27.414)	-	-	-	-	-	(20)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(3.248)	(43)	(3.768)	(18)	(39)	(1.193)	(13)
Resultado financeiro	(73.588)	(291)	(7.774)	75	79	(858)	(891)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	185.019	5.465	55.871	(220)	(293)	(1.187)	9.191
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.273)	(1.855)	(2.543)	-	-	-	(637)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	147.746	3.610	53.328	(220)	(293)	(1.187)	8.554
EBITDA	258.201	6.625	72.790	(290)	(363)	(322)	11.336
Margem EBITDA	76,1%	75,5%	87,3%	-	-	-	89,5%

5.8. DRE Regulatório 2019 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão	1.565.807	34.110	4.676	368.720	-	-	-	44.248
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e indenização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	1.212	-	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(15.278)	(224)	-	(2.060)	-	-	-	(195)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.551.742	33.887	4.676	366.660	-	-	-	44.053
PIS e COFINS	(81.319)	(1.386)	(429)	(15.797)	-	-	-	(1.607)
ISS	(176)	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	(54)	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFRA	(75.989)	(1.404)	(193)	(14.365)	-	-	-	(1.740)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(157.538)	(2.790)	(622)	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.394.204	31.096	4.054	336.498	-	-	-	40.706
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal	(134.324)	(84)	(445)	(18.739)	(575)	(757)	(703)	(1.426)
Material	(2.448)	(23)	(7)	(776)	(0)	(15)	(2)	(36)
Serviços de terceiros	(61.580)	(4.845)	(343)	(13.839)	(276)	(408)	(301)	(2.361)
Depreciação e amortização	(195.210)	(3.124)	(1.088)	(40.478)	(21)	(33)	(25)	(4.189)
Outras despesas operacionais	(42.166)	47	(33)	(5.012)	(11)	(14)	(14)	(437)
Custos e despesas	(240.519)	(4.904)	(829)	(38.366)	(863)	(1.193)	(1.020)	(4.260)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	958.476	23.067	2.137	257.654	(884)	(1.226)	(1.045)	32.258
Resultado de equivalência patrimonial	196.848	-	-	3.289	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	96.939	392	134	7.522	240	347	795	1.126
Despesas financeiras	(352.664)	(1.947)	(2)	(33.482)	(26)	(50)	(1.204)	(4.519)
Empréstimos e financiamentos	(28.543)	(1.233)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(14.830)	(1.074)	-	(26.066)	-	-	(5)	(4.244)
- Variações monetárias	(103.014)	(159)	-	(1.651)	-	-	(1)	(238)
- Variação cambial	0	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	2.306	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.539	-	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(216.958)	-	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	0	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	2.306	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(315.708)	(412)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(216.958)	(412)	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	(103.014)	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	-	-	-	0	-	-	-	0
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(13.952)	(302)	(2)	(5.765)	(26)	(50)	(1.198)	(37)
Resultado financeiro	(255.725)	(1.555)	131	(25.960)	214	297	(409)	(3.393)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	899.600	21.513	2.268	234.983	(671)	(930)	(1.454)	28.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(131.896)	(7.302)	67	(23.011)	-	-	-	(2.894)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	767.704	14.211	2.335	211.972	(671)	(930)	(1.454)	25.971
EBITDA	1.153.686	26.192	3.225	298.132	(863)	(1.193)	(1.020)	36.447
Margem EBITDA	82,7%	84,2%	79,6%	88,6%	-	-	-	89,5%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	4T19	4T18*	Var. %	2019	2018	Var. %
Lucro Líquido		177,5	269,2	-34,1%	1.002,3	1.071,3	-6,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social		27,5	27,1	1,4%	143,9	147,4	-2,4%
Despesas Financeiras Líquidas		74,2	41,4	79,1%	258,8	211,2	22,5%
Depreciação e Amortização		2,8	1,7	70,4%	13,2	6,4	106,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(101,5)	(77,1)	31,6%	(306,3)	(301,3)	1,7%
EBITDA		180,5	262,3	-31,2%	1.111,9	1.135,0	-2,0%
Margem EBITDA		42,2%	52,9%	-10,7 pp	61,9%	69,4%	-7,5 pp

* Os efeitos contábeis do CPC 47 referentes aos meses de janeiro a setembro de 2018, que haviam sido contabilizados integralmente em dezembro de 2018 quando da adoção do CPC, foram excluídos para fins de comparabilidade com o resultado do 4T19, uma vez que esses efeitos foram devidamente contabilizados nos seus respectivos meses de 2018.

Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Lucro Líquido		147,7	201,2	-26,6%	767,7	942,8	-18,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social		37,3	24,2	53,9%	131,9	170,7	-22,7%
Despesas Financeiras Líquidas		73,6	41,4	77,5%	255,7	211,2	21,1%
Depreciação e Amortização		49,7	48,9	1,7%	195,2	191,8	1,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(50,1)	(55,6)	-9,8%	(196,8)	(211,5)	-6,9%
EBITDA		258,2	260,2	-0,8%	1.153,7	1.305,0	-11,6%
Margem EBITDA		76,1%	78,4%	-2,3 pp	82,7%	85,5%	-2,7 pp

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

Balança Patrimonial		4T19		
	R\$ mil	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		82.562	-	382.439
Títulos e valores mobiliários		2.337.228	-	2.037.351
Clientes		128.177	-	128.177
Ativo contratual de concessão		855.975	855.975	-
Impostos e contribuições sociais		101.782	-	101.782
Dividendos e JCP a receber		101	-	101
Outros ativos circulantes		62.605	-	62.605
Total do Ativo Circulante		3.568.430	855.975	2.712.455
Títulos e valores mobiliários		4.586	-	4.586
Ativo contratual de concessão		5.239.610	5.239.610	-
Tributos diferidos		-	-	-
Impostos e contribuições diferidos		-	(3.649)	3.649
Impostos e contribuições sociais		-	-	-
Investimentos		2.167.409	502.237	1.665.172
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		18.869	-	18.869
Depósitos judiciais		33.176	-	33.176
Instrumentos financeiros derivativos		44.107	-	44.107
Outras contas a receber		18.691	-	18.691
Imobilizado		22.667	(4.551.894)	4.574.561
Intangível		78.659	(159.095)	237.754
Direito de uso		33.771	33.771	-
Total do Ativo Não Circulante		7.661.546	1.060.980	6.600.565
Total do Ativo		11.229.976	1.916.956	9.313.020
Passivos				
Fornecedores		91.200	-	91.200
Impostos e contribuições sociais		40.731	-	40.731
Empréstimos e financiamentos		10.395	-	10.395
Debêntures		724.086	-	724.086
Passivo de arrendamento		8.521	8.521	-
Dividendos e JCP a pagar		11	-	11
Taxas regulamentares		68.796	-	68.796
Outras contas a pagar		52.760	-	52.760
Total do Passivo Circulante		996.501	8.521	987.979
Empréstimos e financiamentos		414.557	-	414.557
Debêntures		4.158.832	-	4.158.832
Passivo de arrendamento		26.811	26.811	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.271	-	1.271
Impostos e contribuições diferidos		309.427	259.701	49.726
Tributos diferidos		334.905	334.905	-
Provisão para contingências		31.278	2.574	28.704
Provisão para desmobilização de ativos		461	461	-
Obrigações especiais		-	(11.799)	11.799
Outras contas a pagar		29.137	-	29.137
Total do Passivo Não Circulante		5.306.679	612.653	4.694.026
Patrimônio Líquido		-	-	-
Capital social realizado		3.042.034	-	3.042.034
Reserva de capital		598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros		1.224.262	-	1.224.262
Dividendos adicionais propostos		61.763	0	61.762
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-
Prejuízos acumulados		(0)	1.291.552	(1.291.552)
Resultado do período		-	-	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores		4.926.795	1.295.782	3.631.013
Participação de acionistas não controladores		-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		4.926.795	1.295.782	3.631.013
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		11.229.976	1.916.956	9.313.020

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	IFRS
	R\$ mil 4T19
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.002.315
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(306.337)
Depreciação e amortização	6.542
Amortização de direito de uso	6.659
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.950
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	702
Receita de aplicações financeiras	(96.939)
Custo construção - provisão fornecedores	369.297
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprést e financ	28.543
Juros e variações monetárias sobre debêntures	315.708
Juros passivo de arrendamento	3.069
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(5.538)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.014
Imposto de renda e contribuição social diferidos	139.868
Tributos diferidos	29.959
Remuneração do ativo contratual de concessão	(505.078)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(164.411)
Receita de construção e indenização	(705.445)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	(9.812)
Provisão (Reversão) para parcela variável	(1.049)
	114.018
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	29.674
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	944.741
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(24.412)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	(246)
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	733
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(23.038)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(337.033)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(235)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(30.617)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	272.455
	832.022
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	946.040
Imposto de renda e contribuição social pagos	(49.861)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	896.179
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(1.425.770)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(18.811)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(73.665)
Aquisição de controladas em conjunto	(32.880)
Aquisição de coligadas	(77.508)
Aumento de capital em controladas em conjunto	(185.000)
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(1.813.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	29.713
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(38.938)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(14.897)
Captação de debêntures	2.264.309
Pagamento de debêntures - principal	(391.201)
Pagamento de debêntures - juros	(185.321)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(12.320)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	4.875
Pagamento de passivo de arrendamento	(7.707)
Aquisição de Participação de Controlada	(18.024)
Pagamento de dividendos e JCP	(651.341)
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	979.148
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	61.693
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	20.869
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	82.562
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	61.693

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	Regulatório
	R\$ mil 4T19
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	767.704
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(196.848)
Depreciação e amortização	195.209
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.950
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	702
Receita de aplicações financeiras	(96.939)
Custo construção - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprést e financ	28.543
Juros e variações monetárias sobre debêntures	315.708
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(5.538)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.014
Imposto de renda e contribuição social diferidos	127.882
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de construção e indenização	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(1.049)
	1.141.338
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	29.674
(Aumento) Redução no saldo de ativo contratual	-
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(24.412)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(23.038)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	32.264
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(235)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(29.608)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	272.455
	257.100
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.398.438
Imposto de renda e contribuição social pagos	(49.861)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.348.577
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(1.425.770)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(478.917)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(73.665)
Aquisição de controladas em conjunto	(32.880)
Aquisição de coligadas	(77.508)
Aumento de capital em controladas em conjunto	(185.000)
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(2.273.740)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	29.713
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(38.938)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(14.897)
Captação de debêntures	2.264.309
Pagamento de debêntures - principal	(391.201)
Pagamento de debêntures - juros	(185.320)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(12.320)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	4.875
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	(18.024)
Pagamento de dividendos e JCP	(651.341)
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	986.855
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	61.693
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	20.869
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	82.562
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	61.693

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.